



ACTA N.º 04/2007

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 28 DE JUNHO DE 2007

Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, no Auditório do Centro Associativo Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria. Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes:

Rui Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, António Francisco Febra que foi substituído pelo senhor José Grosso, José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Memória, Fernando Rodrigues Antunes que foi substituído por Filomena Coelho Baptista, Laura Esperança que foi substituída por Pompeu Grácia Cainço, João Luís Rodrigues Fonseca que foi substituído por António Pereira Fernandes, Carlos Luso que foi substituído por Nuno Santo, José Manuel Verdasca Rodrigues e Leonel Costa que foi substituído por Firmino Santos Fonseca.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Raul Castro, Vítor Lourenço, Isabel Gonçalves, Fernando Carvalho, Carla Sebastião, Lucinda Caleira e Eng.º Carlos Martins. Esteve ausente a senhora Vereadora Neusa Magalhães.

A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores Deputados: Paulo Reis e Ana Cristina Branco, respectivamente 1º e 2º secretários da Mesa.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.45 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. **APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;**
2. **PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - Apreciação, discussão e votação.**



3. **CORRECÇÃO DA APLICAÇÃO DA TUSPAR – UTILIZADORES /CONSUMIDORES DE ÁGUA/TARIFAS/TIPO COMÉRCIO E INDÚSTRIA –**
Apreciação, discussão e votação.
4. **CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A UNIÃO DESPORTIVA DE LEIRIA –**
Apreciação, discussão e aprovação;
5. **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DEVIDA PELA REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS –**
Apreciação, discussão e votação;
6. **ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO DA CIDADE DE LEIRIA - ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA FONTE QUENTE -**
Apreciação, discussão e votação;
7. **ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DO DECRETO-LEI N.º. 124/06 DE 28 DE JUNHO, NOS PEDIDOS DE LICENCIAMENTO EM CURSO -**
Apreciação, discussão e votação;
8. **REFORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE PORMENOR AO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LEIRIA -**
Apreciação, discussão e votação;



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhores deputados, façam favor de tomar os vossos lugares, vamos iniciar esta sessão.

Muito boa tarde a todos, agradeço a presença dos senhores deputados, da senhora Presidente da Câmara, dos senhores Vereadores, dos senhores membros da Comunicação Social, elementos do público.

Como tem sido habitual nestas últimas sessões, foi deliberado pela Mesa, com a vossa concordância, mas se discordarem desta metodologia podemos alterá-la em próximas sessões, iniciar a sessão com o período de intervenção do público cujos pedidos foram previamente formalizados.

Vou portanto chamar, pela ordem de inscrição, os munícipes inscritos e começava pela senhora Arq. Susi Pereira e o senhor Hugo Gonçalves.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

ARQ. SUSI PEREIRA (MUNÍCIPE)

Boa tarde a todos!

Eu vinha aqui para expor um caso, relativamente ao diploma que saiu sobre os outros solos agrícolas, no dia 28 de Junho, o decreto-lei n.º 124/06.

Deu entrada um projecto do qual sou a técnica responsável, foram-nos enviados vários ofícios para seguimento, mandaram-nos fazer alargamento de desvio, e agora, há cerca de um mês atrás veio tudo indeferido. E a minha indignação é pelo facto de nos terem permitido andar com o processo para a frente, para depois vir tudo reprovado. Estive presente numa reunião com os técnicos, por ter efectuado as obras, e perante o meu cliente fiquei numa situação constrangedora, perdi a credibilidade precisamente porque nós estamos condicionados ao que os técnicos camarários nos dizem. Portanto era só isto que eu vos pedia que tivessem em atenção.

HUGO GONÇALVES (MUNÍCIPE)

Eu sou o cliente em causa e acho que é uma lei bastante limitadora e gostava de saber o que é que a Câmara está a fazer em relação a este tipo de situações. Na altura quando o projecto deu entrada nos serviços, segundo parece, a lei já tinha saído, julgo que na altura a Câmara não estava a aplicar a lei, entretanto fui recebendo ofícios, tive despesas com o projecto, tinha a certeza que era possível construir no local, na Ulmeira, freguesia de Santa Catarina da Serra, e depois de ter respondido a todas as solicitações que a Câmara me fez, veio para grande surpresa minha, o indeferimento do projecto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Agradeço a vossa intervenção, naturalmente que no final das restantes intervenções a senhora Presidente da Câmara ou algum dos senhores vereadores dará esclarecimentos sobre cada um dos assuntos apresentados. Muito obrigado.

A seguir, tem a palavra o senhor Carlos Costa Moreira, para pedir esclarecimentos sobre taxas dos SMAS. Faça favor!



CARLOS COSTA MOREIRA (MUNÍCIPE)

Senhor Presidente, senhores Deputados, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores!

Quando há cerca de três anos vim para Leiria, formalizei dois contratos para fornecimento de água pelos Serviços Municipalizados. Um para a minha residência, e outro para um pequeno comércio que tenho, de coleccionismo. Acontece que fui pagando as facturas que me eram apresentadas, pagando pontualmente, e em 11 de Abril recebo uma factura para um pagamento que correspondia, relativamente à factura anterior, a um aumento percentual de 356.20%. Em 13 de Junho, recebi uma factura que apresentava um aumento percentual de 432.16%, e entre as duas facturas 12,2%. Fiquei como devem calcular boquiaberto! Como é possível que aconteça uma coisa destas? Quando recebi a primeira factura ainda fiquei na expectativa que numa próxima houvesse uma rectificação, mas não, nada se passou. E lendo a factura, os vários itens, chego à conclusão de que isto é um abuso! Aliás, por muito menos e se estão lembrados, quando foi anunciado no princípio do ano que haveria um aumento da electricidade na ordem dos 15%, aqui d'El Rei que até o ministro veio à televisão dizer que isto não iria acontecer, por uma coisa destas, ainda não houve tempo de fazer a rectificação.

Eu penso que isto vai ser resolvido, tenho essa convicção, que vai haver uma correcção e vai haver um reembolso destas verbas que, a meu ver, cobradas a mais e foi lançada uma taxa que na minha opinião não tem a mínima justificação. Outro reparo que deve ser feito, é que no verso das facturas, aquilo que lá está não se percebe rigorosamente nada, ninguém sabe o seu significado.

Portanto, peço a vossa atenção, a atenção da Câmara, e se não acontecer esta correcção, eu garanto que mando cortar o fornecimento de água à minha loja, rescindo o contrato com os Serviços Municipalizados. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Como disse, em relação à intervenção anterior, no fim da próxima intervenção, será esclarecido sobre este assunto.

Finalmente pediram a palavra o Presidente e vice-presidente, respectivamente o senhor Renato Cruz e o senhor Gonçalo Santos, da direcção da Associação de Moradores da Urbanização Vale Grande, no Telheiro. Façam favor!



RENATO CRUZ /GONÇALO SANTOS (MUNÍCIPES)

Antes de mais boa tarde, queria agradecer a abertura do senhor Presidente, na facilidade de nos dar este tempo, vou fazer um pequeno resumo da situação que nos traz aqui.

Neste momento, nós fazemos parte da direcção de uma associação de moradores da do Telheiro, Freguesia da Barreira, associação essa que foi constituída até, depois de detectarmos várias ilegalidades no nosso processo de loteamento. Entre outras coisas, havia um despacho no processo, assinado por um técnico da Câmara Municipal de Leiria, a admitir que a obra encontrava-se concluída e pronta para ser entregue, o que era falso e nós provámos que era falso. Na altura mandámos uma petição à senhora Presidente da Câmara, Dr.^a Isabel Damasceno, a pedir para ser interdita a entrega da Urbanização à Câmara Municipal. Após várias reuniões com a Câmara de Leiria, após várias intervenções nas reuniões de Câmara, e passados oito meses, a situação continua igual, as promessas continuam a dizer datas, as datas continuam a ser falsas, última das quais foi-nos garantido pela vereadora Neusa Magalhães que, até ao fim deste mês imperativamente no máximo, as obras teriam início. Deixo aqui o convite se alguém quiser conhecer o local, porque moramos no meio do mato, com ervas de metro e tal e sem rigorosamente nada do que estava contratualizado em termos de obras de urbanização. Fartos desta situação, decidimos mais uma vez pedir esclarecimentos e saber de uma vez por todas qual é a data em que vamos ter aquilo que nos é devido e que não aconteceu por incompetência da Câmara Municipal de Leiria.

Agradeço a vossa atenção e continuação de uma boa noite.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Senhora Presidente, deseja esclarecer os munícipes sobre estes assuntos? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Com certeza senhor Presidente.

Muito boa noite a todos!

Relativamente à primeira intervenção, este assunto que aqui foi trazido está agendado precisamente no ponto n.º 7 da ordem de trabalhos. Portanto, julgo que não valerá a pena estar a dar grandes explicações, uma vez que quando chegarmos



ao ponto sete irá ser apresentada essa problemática que é uma problemática real, e na minha opinião com muita razão por parte do reclamante, relativamente ao problema que veio para cima das Câmaras com a aplicação do decreto-lei n.º 124/06.

Dizer desde já o que é que nós podemos fazer. Evidentemente que nem a Câmara nem a Assembleia têm poder para alterar um decreto-lei. O que pode haver e é isso que se pretende, por isso é que se agendou, é uma tomada de posição desta Assembleia, no sentido de junto do Ministério que foi responsável pelo mesmo decreto-lei fazer a correcção que entendermos ser absolutamente necessária, para evitar constrangimentos que não são justificáveis, porque evidentemente que muitas vezes há constrangimentos construtivos que são justificáveis, não são de todo neste caso, mas julgo que no ponto sete a senhora vereadora dará mais pormenores sobre a aplicação do mesmo decreto-lei.

Relativamente ao pedido de esclarecimentos pelo munícipe que aqui se inscreveu, é uma situação que não o abrange só a ele mas a outros, irá ser exactamente também alvo de deliberação desta Assembleia, concretamente no ponto n.º 3. É uma correcção precisamente à taxa de saneamento, que quando foi aprovada e aplicada tinha a fixação de um valor de uma taxa fixa e que viemos a verificar que penaliza significativamente os pequenos comerciantes. Portanto, estamos aqui exactamente a fazer a proposta de correcção, precisamente neste tipo de consumidor, que são os pequenos comerciantes.

Relativamente à situação do loteamento do Telheiro, é uma situação conhecida. Fui informada hoje pela senhora vereadora Neusa (que está de férias e não está presente) da sua vinda aqui à Assembleia e que entrou em contacto consigo, e lhe explicou que o assunto está para ser resolvido, que até ao final do mês o assunto será resolvido no sentido da recuperação do dito espaço público. O que se trata é de um espaço público, num loteamento que não teve o tratamento devido do ponto de vista de limpeza do mato e ajardinamento. A informação que tenho da Dr.ª Neusa e que me pediu que fosse transmitido à Assembleia é que, conforme já lhe tinha transmitido, até ao final do mês o problema vai ser resolvido. E porque é que foi o atraso? É necessário fazer um furo de abastecimento de água para rega do espaço público, do jardim, e o loteador apesar de ter o licenciamento por parte da CCDR para fazer o furo ainda não o executou, está em vias de o executar. E portanto, o que o loteador está a fazer é a preparar a execução do furo e logo que o furo esteja



pronto nós entramos em parceria com o loteador, no arranjo do espaço público, para ele ser regado. Não faz sentido estarmos a fazer a intervenção no jardim e depois não termos água para a rega. O problema é tão simples quanto isto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Os senhores munícipes ficam portanto com a garantia, que em todos os casos há solução ou que vai ser arranjada uma solução, e pedimos por isso alguma condescendência, alguma paciência para que os problemas possam ser resolvidos.

Terminado este período das intervenções do público, passamos ao período de antes da ordem do dia.

ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Começo por informar sobre as justificações das faltas e substituições do senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Pousos que é substituído pela senhora Filomena Batista, da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria que é substituída pelo senhor Pompeu Cainço, do senhor deputado Gomes Luso que é substituído pelo senhor Nuno Santo, do senhor deputado João Fonseca que é substituído pelo senhor António Fernandes e do senhor deputado Leonel Costa que é substituído pelo senhor Firmino Fonseca. Todos apresentaram razões justificáveis para a sua ausência e portanto é-lhes relevadas as faltas.

Queria dar-vos nota também do resumo da correspondência recebida no período que decorreu desde a sessão anterior até à presente, para além de alguns convites para diversos eventos, dos quais estive presente em alguns, há uma carta da ADLEI a agradecer o voto de congratulação aprovado na Assembleia Municipal anterior, o relatório anual de contas em suporte digital da Leirisport, e, vários ofícios dos Ministérios, entidades e Grupos Parlamentares, a acusar a recepção das moções aprovadas na sessão anterior e que naturalmente lhes foram enviadas.

De seguida passaríamos à aprovação da acta da sessão ordinária de 27 de Abril.

Relativamente a este assunto, julgo que os senhores deputados tomaram conhecimento das dificuldades técnicas com que nos deparámos. É a primeira vez que isto acontece, no meu mandato, outros que já cá estavam podem eventualmente ter conhecimento de outros casos assim, a gravação das sessões é feita de forma



digital, informaticamente, supostamente uma coisa à prova de falhas, mas infelizmente assim o não foi. Todos nós lamentamos o incidente, tomámos as providências que estavam ao nosso alcance no sentido de recuperar na íntegra o teor da gravação, inclusivamente a pessoa responsável por este serviço mandou analisar o computador para ver se era possível recuperar o ficheiro, mas não foi de todo possível, recorreremos ainda à senhora secretária da Mesa para lhe pedir os apontamentos que são tirados durante as sessões, nomeadamente no que respeita ao número de intervenções, portanto, temos conhecimento de todas as intervenções, contactámos com essas pessoas no sentido de nos fornecerem cópia das intervenções feitas, algumas delas tinham outras não, enfim, a todos foi pedido que colaborassem para que a acta fosse concluída. Do ponto de vista jurídico uma acta deverá ser um resumo de tudo o que de mais relevante se passou numa sessão, neste caso não seria um resumo é uma transcrição completa, e portanto esta acta ficará com uma parte transcrita e outra resumida. Eu já pedi que fossem tomadas todas as providências para que este tipo de ocorrências seja evitado no futuro, mas peço com certeza também a vossa compreensão, porque não se pôde fazer mais do que isto.

De qualquer maneira, suponho que mesmo assim teremos que aprovar a acta nos moldes em que está, não sei se depois da versão que vos chegou pretendem fazer algumas correcções, mas naturalmente que essa serão aceites, e neste momento resta-nos dar o assunto por encerrado esperando que não volte a acontecer.

Sobre este assunto alguém deseja intervir ou fazer algum reparo?

Não havendo, vou submeter a acta da sessão ordinária de 27 de Abril à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com cinco abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 27 de Abril de 2007.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Entrando já no período de antes da ordem do dia, há uma inscrição para apresentar um voto de pesar.



JOSÉ MATIAS FILIPE (Presidente da Junta de Freguesia de Parceiros)

Boa noite!

José Carlos Matias Filipe, Presidente da Junta de Freguesia de Parceiros.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.

Em meu nome pessoal e como autarca eleito pelo Partido Socialista, gostaria de aqui evocar o nome de António Costa Santos que recentemente faleceu de forma trágica. Foi um cidadão como poucos na dedicação à causa pública, quer no entusiasmo pelo associativismo na sua terra, Maceira, quer como Presidente de Junta dessa freguesia, onde desenvolveu trabalho relevante por todos reconhecido, e, também como seu digno representante na Assembleia Municipal de Leiria.

Costa Santos era igualmente um profissional estimado e sério, um homem afável e solidário, sempre pronto a ajudar o seu semelhante. Proponho por isso, que a esta assembleia aprove um voto sentido de pesar, pelo seu desaparecimento. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Eu penso que podemos pôr já à votação.

Alguém se opõe?

Alguém se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar um voto de pesar em memória do senhor António Costa Santos, bem como homenagear este ex-autarca e cidadão, prestando um minuto de silêncio.

Antes de dar a palavra ao senhor deputado Sequeira, vou dar a palavra à 2ª Secretária da Mesa, Cristina Branco, que esteve presente no Congresso da Associação Nacional de Municípios em representação deste órgão, para fazer um breve relatório.

ANA CRISTINA BRANCO (2º SECRETÁRIO DA MESA)

Boa noite!

Ana Cristina Branco, 2º secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Leiria



Em representação da Assembleia Municipal, participei no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, realizado nos dias 15 e 16 de Junho em Ponta Delgada.

O tema dominante, foi a transferência de competências do Administração Central para as Autarquias nas seguintes matérias: Educação, Acção Social, Saúde, Ambiente e Ordenamento do Território.

Foram apresentadas nas diferentes áreas, as várias negociações havidas com o Governo. Houve debate e foram apresentadas moções que foram aprovadas por maioria. Para ter acesso a estas moções e para quem o solicitar, poderemos fazê-las chegar aos senhores deputados. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém deseja intervir sobre este assunto?

Mais uma vez repito que as conclusões do Congresso estão disponíveis no site da Associação Nacional de Municípios, o acesso é restrito, mas quem estiver interessado nos pormenores, porque os gerais foram veiculados pela imprensa diária, naturalmente os serviços de apoio à Assembleia fá-los-ão chegar a quem os solicitar. Tem agora a palavra o senhor deputado António Sequeira.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista.

Venho aqui para fazer um pedido à senhora Presidente, que era para lhe fazer em particular, e só o faço publicamente na medida em que este assunto foi suscitado aqui por um dos senhores munícipes, em relação à factura da água, dos Serviços Municipalizados.

Eu pago água em dois municípios da zona, um é Leiria e outro Alcobaça, e curiosamente recebi as duas facturas na mesma semana. Não venho aqui falar em relação aos preços num e noutra concelho, já o fiz em tempos, quando considerei que Leiria era uma cidade cara, por essa razão e por outras semelhantes, venho falar em relação à descrição da factura dos Serviços Municipalizados de Leiria.

Eu trazia as duas facturas, mas depois pensei que o problema deveria ser meu, mas constatei que pelos vistos não é só meu. E realmente absolutamente diria "Kafkiano" a descrição da conta dos SMAS, e fui pedir ao senhor munícipe que interveio sobre o assunto, a factura dos Serviços Municipalizados.



Os Serviços Municipalizados de Alcobaça têm efectivamente a descrição do consumo de água, do saneamento, ao lado tem os resíduos por escalões, e o meu de Leiria ainda é maior, é praticamente uma página A4 cheia. Eu estou habituado a ler papeis e a interpretá-los, e este sinceramente não consigo. Factor de ajuste, períodos anteriores, mais factor de ajuste, mais períodos anteriores, valor mínimo, vários factores de ajuste, disponibilidade de ligação, resíduos sólidos, variação, etc. Isto é uma coisa absolutamente incompreensível. E eu, desafiava-os a olharem para isto para ver se são capazes de perceber o que é que isto quer dizer. Isto é realmente uma verdadeira atrapalhação. Se calhar ali o senhor Eng.º Cláudio é o único que é capaz de perceber isto, aqui nesta sala, porque tem uma sensibilidade especial para perceber esta matéria, espero que não tenha sido ele a fazer. A pessoa que fez, fez com certeza com a melhor das intenções, não tenho dúvida nenhuma, mas o resultado é péssimo.

Agradecia senhora Presidente que tomasse isto em consideração e promovesse um "simplex" para estas facturas dos Serviços Municipalizados. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado João Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

JOÃO MARTINS PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Boa noite!

João Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, membros da Assembleia, Senhoras e Senhores.

Após a conclusão do troço da A-17 entre a A-8 e o Louriçal, vejo com bastante preocupação a situação do aumento do tráfego automóvel na E.N. 109, preocupação que partilham os colegas presidentes de Junta do norte do Concelho, e que foi motivo de referência na última assembleia, nas palavras do colega Dr. Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão. Esta via está completamente desajustada para a quantidade de trânsito que por lá passa, agora com o tráfego que irá com certeza circular entre o Nó Norte de Leiria da A-17 e a Cidade, a situação



grave em que se encontrava irá passar para algo próximo do caos, e isto antes da conclusão de todo o traçado desta auto-estrada.

Quem passa pela zona da Ponte da Pedra de manhã para ir trabalhar e à tarde no regresso às suas casas, depara com uma demora no trânsito absurda. A entrada na 109 para quem vem das várias povoações a essas horas é um hino à paciência e muitas vezes à cortesia de vários automobilistas.

Já por várias vezes a Junta de Freguesia tentou a instalação de rotundas na zona da Ponte da Pedra junto à E.P. mas as intenções não ficaram para além disso mesmo. Era de supor que num projecto de auto-estrada também fossem previstos estudos de impacto de tráfego nas vias adjacentes, mas pelos vistos, se os houve, foram ignorados.

Mais ainda, no lugar da Ponte da Pedra estão instaladas várias empresas fabris e pedestres, tendo havido frequentemente acidentes e atropelamentos, pelo que a regulamentação do trânsito, assim como a criação de passeios e passadeiras para peões é sobremaneira uma necessidade urgente.

Por estes motivos e com o apoio unânime da Assembleia de Freguesia de Regueira de Pontes, na sua reunião de 21 de Maio de 2007 e que ficou registado em acta, irei propor a seguinte **moção**:

“A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Junho de 2007, considerando que a abertura do Nó Norte da auto-estrada A-17, no lugar da Cabaceira, irá aumentar significativamente a densidade de tráfego na E.N. 109, especialmente após a conclusão das obras da auto-estrada, causando perigo e transtorno a quem circule entre este nó e a rotunda do Falcão, delibera recomendar à E.P. obras de regularização de tráfego e eliminação de situações de perigo ao longo deste percurso.”

A Junta de Freguesia de Regueira de Pontes também foi confrontada para emissão de parecer de proposta de encerramento da passagem de nível – P.K. 165,320, que para quem conhece, fica junto ao apeadeiro de Regueira de Pontes, perto do cemitério. À Junta de Freguesia de Regueira de Pontes não chegou nenhuma proposta da REFER, sendo a Câmara Municipal de Leiria a entidade a quem foram pedidos pareceres da empresa e que, no meu ponto de vista, muito bem, nos pediu a opinião.

Medindo os percursos alternativos propostos, os proprietários ou quem quer que aí se desloque terá que perfazer 3,3 quilómetros ou 2,6 quilómetros até ao outro lado



da linha de caminho de ferro, dependendo do percurso escolhido. Isto só por si é causa de grande transtorno financeiro e de tempo aos agricultores, que verão ainda mais diminuídos os seus parques rendimentos. Além disso, a supressão desta passagem de nível irá obrigar os proprietários com máquinas agrícolas a circular na E.N. 109 que, como é do vosso conhecimento e atrás referido, é uma via com grande fluxo de trânsito, o que poderá causar perigo, tanto aos veículos agrícolas, como aos demais veículos. Fluxo esse que aumentará significativamente quando for concluída a A-17. Parece-me a mim que o perigo daqui decorrente é ainda maior do que o atravessamento da Linha do Oeste. Porque não a colocação de barreiras automáticas? Porque não a utilização de avisos sonoros na aproximação de comboios?

Devo também informar esta Assembleia que os únicos acidentes mortais na Linha do Oeste que ocorreram nesta freguesia e de que tenho conhecimento foram precisamente nos locais de passagem apresentados como alternativa.

Por isto proponho uma **moção** contra o encerramento desta passagem de nível, a qual sou apoiado, também por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Regueira de Pontes:

“ A Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 28 de Junho de 2007, considerando que o encerramento da passagem de nível – P.K. 165,320 vai prejudicar e onerar a actividade agrícola na área do Vale do Lis na Freguesia de Regueira de Pontes e que este encerramento poderá criar um perigo maior a pessoas e bens, pelo facto de obrigar a utilizar a E.N. 109, via esta, já muito congestionada. Recomenda a Câmara Municipal de Leiria, como entidade que representa os munícipes da Freguesia de Regueira de Pontes na emissão de pareceres junto da REFER, para se opor a esta pretensão. Recomenda ainda à REFER o estudo de outras alternativas que não seja o encerramento desta Passagem de Nível. ”

Por último, na sessão de 28 de Junho de 2006, a Assembleia de Freguesia de Regueira de Pontes propôs e votou a favor, por unanimidade, ao Presidente da Junta, que a Freguesia se candidatasse a receber uma das sessões da Assembleia Municipal, à semelhança das que foram realizadas em Santa Eufémia e Monte Real. Após consulta e acordo com detentores dos equipamentos com capacidade para albergar tão distinta entidade, nomeadamente o Centro Paroquial de Regueira de Pontes, venho então requerer a ponderação desta Assembleia para a realização de uma



sessão futura na minha Freguesia. Seria desde já uma grande honra para a freguesia e para mim também, poder recebê-los em Regueira de Pontes.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Nós tomámos nota desse seu anseio e da Junta de Freguesia. Eu devo dizer que há mais outros candidatos e que não há sessões suficientes para isso, e o princípio que nos tina norteado era fugir um pouco das áreas urbanas de Leiria, portanto, Regueira de Pontes ainda fica aqui perto, mas fica registado.

Quanto ao resto iremos votar no fim as moções que apresentou.

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Muito boa noite, Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Senhor Presidente, deve ter sido por defeito meu, que eu talvez não tenha percebido e portanto é este o meu pedido de esclarecimento.

A passagem de nível que o senhor Presidente e a sua Assembleia de Freguesia propõem que não encerre, é uma passagem de nível que neste momento funciona com guarda ou sem guarda, ou com o tal automatismo de que fala? Ah, pronto, estou esclarecido. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem a agora a palavra o senhor deputado José Manuel Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

JOSÉ MANUEL CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)

Senhor Presidente, senhores Secretários, Senhora Presidente, senhores Vereadores, caros Deputados, Comunicação Social, público presente.

Trazia a esta Assembleia quatro assuntos relacionados com a minha freguesia, mas hoje deparei-me aqui com mais uma situação relativa não à Freguesia do Telheiro mas ao lugar do Telheiro Freguesia da Barreira, e pedir à senhora Presidente o maior empenho na resolução deste assunto, e no assunto das duas outras urbanizações pegadas a esta, que já se arrastam há uns anos, nomeadamente a da Lusodomus que, precisa que se faça a entrega definitiva das infra-estruturas.



Trago agora a esta Assembleia quatro assuntos que vos vou expor de forma rápida e sucinta.

O primeiro tem a ver com a realização da I Feira das Energias e do Ambiente, que decorreu no Jardim do Visconde da Barreira, na semana de 4 a 9 de Junho. É para vos dar conta que o evento foi visitado por mil e setenta e nove alunos e respectivos professores, de escolas e jardins de infância da Barreira, Cortes, Azoia, Parceiros, Barosa, Arrabal, Guimarães e Leiria. Estivemos activos durante toda a semana numa média de sete áreas de actividade temáticas, mais de uma dúzia de organizações participantes, apoios de várias instituições públicas e privadas. Temos o feed back de professores que nos demonstraram satisfação na respectiva visita à feira, e também a curiosidade e a tristeza daqueles que não tiveram a oportunidade de a visitar.

Quero prestar um agradecimento público aos professores das escolas da Barreira e do Agrupamento José Saraiva, em especial, o empenho do professor Constantino, às entidades participantes no evento e àquelas que o apoiaram. Quando nomeamos pessoas, corremos o risco de nos esquecermos sempre de alguém, mas quero agradecer à Câmara, na pessoa da senhora Presidente Dr.^a Isabel Damasceno, pela cedência do motorista, o senhor David, que fez um trabalho notável e um esforço muito grande. A Dr.^a Neusa não está, mas também queria agradecer a colaboração que teve com a feira, porque nos indicou um patrocinador muito importante.

Agradeço também aos Presidente das Juntas da Azoia, o senhor Manuel Carvalho, das Cortes José Alves, dos Parceiros o José Carlos Matias, pela colaboração que nos deram no transporte das crianças das suas respectivas freguesias. Um agradecimento especial e carinhoso à senhora Presidente de Junta dos Marrazes, Sofia Carreira, que gentilmente nos emprestou um autocarro, e que sem o qual não seria possível levar à feira tantas crianças.

Não sabemos hoje, quais as vantagens ou benefícios que a feira trouxe a cada um dos participantes, talvez no futuro eles nos dêem razões para podermos acreditar que valeu a pena a sua realização. De uma coisa eu tenho a certeza, provámos que com vontade e determinação de alguns, e com um pequeno esforço e colaboração e participação de todos, se consegue fazer um bom trabalho. A todos, a nossa gratidão.

Outro assunto que trago, era mais dirigido à Dr.^a Neusa, mas ela não está, mas julgo que também deve preocupar a Câmara e vou apresentá-lo na mesma.



Prende-se com notícias vindas a público através de um jornal regional, que levantava a possibilidade da deslocalização da sucata da Calçada do Bravo para um terreno no Pinhal do Senhor, na Freguesia da Barreira. Por mera coincidência, encontrei na Câmara um dos proprietários da citada sucateira, em reunião com a Dr.^a Neusa, o que me levou a supor que haja negociações ou pelo menos reuniões, para ultrapassar o grave problema que afecta Leiria, principalmente na sua entrada a Norte. Preocupado com a notícia e com a coincidência dos encontros na Câmara, consultei o gabinete do PDM, onde me foi dada a informação que tinha sido pedida uma certidão de uso, para um terreno na Barreira, mas que o local se encontrava em espaço florestal, o que inviabilizava a referida legalização. Este pedido de certidão pode ser indício do interesse em ali instalar uma sucateira. Também nos informaram, que os Parceiros e a Bidoeira são as únicas freguesias onde o actual PDM prevê a instalação de zonas industriais de resíduos. A actual revisão do PDM, que esperamos que entre em breve para discussão pública, prevê a recriação de lotes destinados à recolha de sucata, em zonas industriais existentes, o que nos parece uma boa medida. Como na Freguesia da Barreira não há sequer uma única indústria, cremos que não será possível legalizar a instalação de uma sucateira.

Os locais de despejo ilegal de sucata e lixo, têm merecido a atenção e fiscalização especial por parte da Junta de Freguesia da Barreira. Recordo que no ano passado, retirámos com o apoio da Câmara Municipal, cento e sessenta toneladas de lixo das nossas florestas. Sendo a Câmara uma das entidades responsáveis pelo licenciamento das sucateiras, eu pergunto:

Existe alguma negociação ou um pedido de licenciamento para a instalação de resíduos e sucatas, nomeadamente a transferência da sucata da Calçada do Bravo para a Freguesia da Barreira?

A Câmara está a acompanhar o desmantelamento da sucateira da Calçada do Bravo e sabe em que local está a ser depositada a sucata dali retirada?

Está atenta ao movimento e expressão de animais, principalmente roedores que, pela destruição do seu habitat naquela zona devido ao desmantelamento da sucateira, procuram refúgio nas imediações. Reconheço que este assunto das sucatas de Leiria, deve ser tratado com urgência e a Junta da Barreira fazendo parte do todo que é o Concelho, está inteiramente disponível para dar o seu contributo na procura da resolução para o problema. Pensamos também que dada a natureza e a complexidade, que este assunto deverá ser antecipadamente conhecido e discutido



com todas as entidades envolvidas, para que todo o processo seja efectuado com transparência.

Um terceiro assunto e peço desculpa pela demora, mas está mesmo a terminar, está relacionado com o Jardim de Infância do Telheiro. O Dr. Vítor já chegou, não foi com argumentos infundados que alertei para o problema na Assembleia de 29 de Dezembro de 2006, e gostaria de recordar ao Dr. Vítor Lourenço, que o próximo ano lectivo está à porta e que as obras dos jardins de infância no Telheiro estão praticamente na mesma situação. Começo a admitir que o atraso na conclusão das obras e a necessidade de pedir autorização à DREC para a entrada em funcionamento dos jardins de infância, que o próprio jardim de infância não reuna as condições para abrir em tempo útil e aceitar as dezasseis crianças que se inscreveram este ano, e não poder aceitar as que se encontram em lista de espera.

A conclusão destas obras possibilita aumentar de vinte e cinco para cinquenta, o número de crianças do jardim de infância. Tenho receio que esgotado o prazo de dez meses para a execução da obra, se esgote também o financiamento do FEDER, o que tornará as coisas bem mais difíceis. É mais um passo que contribuirá para o encerramento das escolas da Barreira.

Solicito mais uma vez, senhor vereador, o maior empenho e determinação de V.Ex.a para a conclusão das obras e dar resposta às necessidades da população. Se necessitar da nossa colaboração não hesite, estaremos sempre disponíveis para prestar o nosso melhor contributo.

Por último, o assunto que verdadeiramente me trazia cá, no seguimento da intervenção que fiz na sessão realizada em Monte Real, e que estava relacionada com a possibilidade de racionalizar os custos que envolvem a realização destas assembleias.

Quero-lhe dizer senhor Presidente, que acolhi com entusiasmo os seus conselhos, falei com os deputados Carlos Guerra da CDU, Domingos Carvalho do CDS/PP, João Cunha do PSD, Pedro Biscaia do PS e Vitorino Vieira Pereira do Bloco de Esquerda, a quem enviei por e-mail um projecto/proposta para recolher a opinião de cada um. Consultei também a Teresa Pinto, que me informou que há dois deputados que não têm caixa de correio, e alguma correspondência electrónica, até bastante, é devolvida. Consultei ainda os serviços financeiros do Município que não levantaram objecções, e também disseram que este assunto já fora comentado por aqueles técnicos, anteriormente.



Senhor Presidente, penso que se trata de uma proposta que dará resposta às necessidades e ao interesse de cada deputado, não efectuei o inquérito individual aos deputados como sugeriu, eles têm agora oportunidade de manifestar a sua opinião pelo seu voto.

Caso esta proposta seja aprovada, sugiro que o proveito financeiro que resulta com a implementação desta medida na Assembleia que discute o Plano de Actividades e o Orçamento para 2008, seja aplicado num programa de formação em técnicas de informação e comunicação, dirigido aos deputados municipais que se mostrem interessados, e no qual eu terei o maior interesse em participar. Será uma óptima oportunidade para aumentarmos os nossos conhecimentos e aptidões.

E se me permitirem, passarei a ler a **proposta**:

“Considerando,

- *Ser dever de todos os eleitos fomentar a racionalização dos meios materiais e humanos necessários ao bom funcionamento da Assembleia Municipal de Leiria;*
- *Que a diversa documentação necessária à apreciação dos deputados municipais tem sido facultada em suporte de papel, prevendo-se que, num futuro próximo, o seu volume possa aumentar dadas as exigências contabilísticas, nomeadamente ao nível da consolidação das contas;*
- *As vantagens na rapidez, eficiência e comodidade da utilização dos modernos recursos de comunicação e informação para adequada consulta dos referidos documentos;*
- *A nossa responsabilidade pedagógica e as consequências que o actual procedimento causa ao ambiente;*
- *Os elevados custos financeiros e de desperdício de meios envolvidos.*

Propõe-se:

- *Que a documentação a remeter aos deputados municipais se faça em suporte digital (em formato pdf, com assinatura digital), via e-mail, em CD-ROM ou disponível na página electrónica do município, numa área reservada aos próprios;*
- *Que, em qualquer dos meios electrónicos utilizados, seja criado um sistema que confirme a recepção dos documentos;*



- *Os deputados municipais que desejem receber a documentação, ou parte dela, em papel, devem manifestar essa intenção, por escrito, ao Presidente da Assembleia Municipal;”*

Muito obrigado pela vossa atenção.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu penso que este assunto se calhar merece alguma reflexão e portanto nós podíamos já debruçar-nos sobre ele para depois votarmos em conjunto. Julgo que esta proposta apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira foi bem clara, contudo, aquilo que se propõe é que a partir deste momento toda a documentação que tem sido até agora enviada em suporte de papel, seja enviada por correio electrónico ou então, que seja disponibilizada em página reservada à Assembleia, no site do Município. Os deputados que por qualquer razão, não precisam de justificar, entendam que isso não lhes serve, naturalmente que continuará a ser-lhes enviada na forma clássica, mas obviamente sendo a minoria, assim espero, que isso constitua uma grande poupança não só em termos económicos como em termos de recursos humanos.

A segunda parte dessa proposta é que esse dinheiro que afinal não é poupado será depois gasto, mas é gasto por uma causa melhor, no meu entender bem, que é a da educação, e suponho que nesse aspecto também posso dar o meu apoio.

Alguém se quer pronunciar sobre este assunto?

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Boa noite a todos

Domingos Carvalho CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, Senhora Presidente, senhores Vereadores, caríssimos amigos!

Eu, basicamente venho aqui fazer um pedido de desculpa ao senhor Presidente da Junta da Barreira, pela falta de cortesia que tive, mas que se prendeu única e exclusivamente com a minha falta de tempo, ou seja, eu agradeço-lhe o envio que fez da proposta, que eu tive oportunidade de ler, não lhe fiz o comentário naquela altura e depois varreu-se-me. As minhas desculpas por isso e era o que eu queria fazer aqui publicamente, dizer-lhe que era importante comunicar-lhe a minha concordância e pedir-lhe desculpas públicas pelo facto de não ter respondido. Era só isso. Obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Claro que, isto também não é uma situação urgente e nós podemos votá-la na próxima sessão que será em Setembro. Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Era exactamente isso, nós precisamos de tratar este assunto com alguma calma, porque eu não estou a ver como é que vou trabalhar a preparação da Assembleia e particularmente também porque isso implica depois um gasto pessoal excessivo, porque eu não trabalho só em casa os documentos e são muitos, nós temos que os levar para qualquer lado, muitas vezes temos que aproveitar horas de almoço, etc., e portanto eu não estou a ver que a excepção seja só excepcionalmente estes documentos que possam ser entregues a quem o solicitar. Eu devo-vos dizer que já recebo muita correspondência digital, e depois tenho que fazer, na minha própria impressora, o texto em papel. Eu digo-vos que preferia reflectir e não decidir já, para ver se encontramos uma solução, não é pôr em causa a iniciativa que eu acho que é justa e o que se pretende, mas eu vejo com muita dificuldade, digo francamente, que possa prescindir do papel ou pelo menos de alguns, na preparação das assembleias.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu devo dizer que eu próprio tenho essas dúvidas, que eu subitamente com esta nova tecnologia e com estas novas vontades, passo a receber da Sociedade Portuguesa de Cardiologia, da Faculdade de Medicina, etc., e são muitos papeis. E há uma coisa sobretudo que me aflige, é que até agora vinha tudo num envelope e quando nós nos queremos concentrar sobre um assunto e temos algum momento, sabemos que temos tudo junto, e uma das coisas que prometemos fazer é continuar com o tempo devido e com o tempo que for discutido, que todos os documentos seriam enviados simultaneamente para ver mais tarde ou até arrastados para a lixeira, mas que sejam todos enviados de modo a que seja como se fossem num envelope, para que possamos depois gravar. Dizer ao senhor deputado José Augusto Esteves que além do suporte informático, hoje nós temos a “pen” que se leva para qualquer lado, desde que haja computador noutra lado.



Mas eu estou de acordo, eu acho que devemos amadurecer isto. A proposta foi feita, isto é claro, independentemente da maioria votar favoravelmente, se isto vier a ser uma realidade, qualquer deputado que não se sinta perfeitamente à vontade, pelo menos no início, e que queira em suporte de papel nós naturalmente que o faremos, e depois, pode ser que progressivamente se vá conquistando anuência de todos. Senhor deputado Carlos André quer falar sobre o assunto? Faça favor.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

A proposta contempla estas várias hipóteses, ou seja, em primeiro lugar a proposta diz que, quem não quiser não tem que dar explicações nenhuma, quem não quiser receber via correio electrónico diz que quer receber em papel e o problema está resolvido.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez aqui uma sugestão, *en passant* mas fez aqui uma sugestão, que me parece bastante pertinente, porque há pessoas que não têm banda larga por exemplo, e há pessoas que têm pequenas caixas de correio e que com dificuldade recebem toda esta documentação. A solução para isso é muito simples, é criar um site de acesso reservado na Assembleia Municipal. O senhor Presidente tem essa experiência, que eu também tenho, em relação ao Senado da Universidade de Coimbra, nós entramos, os documentos estão lá, portanto não precisamos de receber aquilo tudo, abrimos os documentos, podemos ver e consultamo-los lá. É bastante mais simples.

Em terceiro lugar, gostava de dizer o seguinte:

O problema não é deste conjunto de verbetes que nós recebemos para as várias deliberações que temos que tomar hoje, são cinco, seis, sete folhas, isso é uma carta com um selo dos pequenos, um selo de segundo valor na escala de selos dos Correios de Portugal. O problema está na acta, são muitas páginas. Eu perguntaria se a acta estivesse disponível, do ponto de vista electrónico, se os senhores deputados queriam recebê-la em papel? Porque nós só queremos ver aquilo a correr, a ver se está bem, tomamos nota de uma ou duas coisas para depois propomos aqui a correcção. Nós não precisamos daquele calhamaço ! O problema está no relatório de Contas, o problema está no Orçamento, o problema está em documentos que têm dezenas e às vezes duas centenas de páginas, é aí que está o problema. É isso é que pesa e é isso é que é consumo de papel, porque dez folhas como acontece hoje no conjunto dos verbetes que não andarão muito além de dez, dez folhas a multiplicar



pelos membros da Assembleia dir-me-ão que é muito, dir-me-ão que dá uma resma. Bom, mas duzentas folhas a multiplicar pelos membros da Assembleia aí sim, aí de facto está a diferença.

Portanto, eu entendo que nós devemos ter em atenção (podemos não votar hoje) uma proposta deste género e devemos encontrar soluções para esse problema. Reconheço que a mais adequada talvez seja justamente essa de disponibilizar os documentos num site, a convocatória vem por correio, nós sabemos, entramos com a nossa password, temos os documentos à disposição. E nessa altura, não temos que andar carregados nem com o Relatório de Contas, nem com o Orçamento, porque uma grande parte do orçamento nós não o estudamos tão detalhadamente, estudamos algumas folhas, que são aquelas que são mais relevantes do ponto de vista da análise política. E quem quiser detalhadamente imprime ou até pede à Câmara, manda um mail (outra solução) à D. Teresa Pinto e ela imediatamente mandará por correio em papel aquilo que o deputado municipal lhe está a pedir em papel. Agora devemos ter cuidado porque de facto o consumo de papel que nós estamos a ter, consumo de papel (não me levem a mal que o diga) que em 90% da sua quantidade nós não lemos devidamente, talvez se não justifique chegar a esse nível.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Em relação a isso eu penso que é a melhor solução, cada um agora sabe o que é que temos, cada um verá quais são as suas próprias condições pessoais, e depois discutiremos isso aqui ainda mais um pouco na próxima reunião e votaremos nessa altura esta proposta porque obviamente tem que haver uma deliberação para ficar em acta, as pessoas têm que assumir as opiniões e as posições que cada um tiver.

Já agora eu acho que em preparação disso, pedir à Teresa Pinto para que junto dos serviços que têm em seu cuidado a manutenção da página do Município, eu devo dizer que é uma boa página, eu visito-a com regularidade e realmente comparada com outras municípios é uma boa página, como é que isto se poderá processar nomeadamente em relação à criação de um sítio reservado com uma palavra passe para cada um, tem que ser individual, dos membros da Assembleia, que consequências é que isso trará em relação à página, capacidade, etc., e entrega aos serviços a proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia, para eles verem



quais são as consequências técnicas desse assunto, e depois comunicar-me-á quais são para que possam ser apresentadas na próxima sessão.

Então continuamos no período de “antes da ordem do dia” e tinha pedido a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia, Manuel Carvalho.

MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Azoia)

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Boa noite a todos!

Na qualidade de representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação, quero congratular-me pela forma como foi elaborada a Carta Educativa de Leiria, dada a mesma ter sido aprovada na íntegra e sem qualquer sugestão de alteração ou chamada de atenção. A minha congratulação estende-se a todos os que deram o seu contributo para a sua concretização, Câmara Municipal, associações de Pais, Conselho Municipal de Educação, cidadãos, e naturalmente aos deputados da Assembleia Municipal.

Considero que num documento desta importância, para o futuro da Educação no Concelho de Leiria, ao lado da competência e da participação cívica imperou o bom senso. É assim que entendo dever ser.

Sobre a I Feira do Ambiente da Barreira, o senhor Presidente da Junta já falou da importância da mesma, no entanto quero referir que segundo me transmitiram as professoras que acompanharam as crianças de Azoia que a visitaram, foi um excelente evento e um bom exemplo, certamente à semelhança de outros que se fazem noutras freguesias, da forma como se deve encerrar o ano lectivo, em ambiente de festa com pedagogia e com saber.

Obrigado pelo convite pessoal e pela visita que proporcionou às crianças da Freguesia da Azoia.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Presidente.

Tema palavra agora o senhor deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Muito obrigado senhor Presidente, é apenas para apresentar uma **moção** que fala por si e não preciso portanto de a justificar:



“ O Governo português decidiu, há oito anos e depois de milhões e euros de estudos, que o novo aeroporto internacional de Lisboa devia ser construído na Ota.

Todos os governos que àquele sucederam acabaram, depois de algumas hesitações, por confirmar aquela decisão.

É consensual, hoje, na sociedade portuguesa, que a construção de um novo aeroporto é uma necessidade inadiável e corresponde a um desígnio nacional.

Estranhamente, porém, há quem defenda, agora, a necessidade de mais estudos, assim pretendendo conduzir ao adiamento de uma decisão que não deve nem pode ser protelada.

Provou-se que, do ponto de vista ambiental, a Ota, de entre as opções disponíveis, era a única localização possível.

Provou-se que, na perspectiva do fluxo de passageiros e sua origem, a Ota, situada a Norte do Tejo, é a melhor localização possível.

Provou-se que, no que respeita à economia, a Ota é, também, a opção mais adequada.

Provou-se, ainda, que a nova rede viária e ferroviária deixará a Ota bem mais perto de Lisboa do que qualquer outra localização, para além de que uma ponte nunca deixará de ser fonte inevitável de estrangulamento, com elevadíssimos custos, do ponto de vista financeiro e do ponto de vista ambiental.

Não é possível continuar à mercê de adiamentos, de estudos sem fim, de hesitações que a lado nenhum levam. A decisão foi tomada; só falta concretizá-la.

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Junho de 2007, delibera:

- 1. Manifestar a sua estranheza e indignação pelo novo adiamento decidido pelo Governo, ao encomendar novo estudo sobre nova localização, assim abrindo um precedente grave com consequências imprevisíveis.*
- 2. Apoiar qualquer decisão do Governo no sentido de concretizar a opção já tomada há oito anos de construir na Ota o novo aeroporto internacional de Lisboa.*



3. *Exigir do Governo a concretização, sem mais adiamentos, da decisão tomada há oito anos.*
4. *Repudiar as manobras de bastidores que visam pôr em causa este desígnio nacional, em nome de interesses que nunca foram esclarecidos.*
5. *Em nome da transparência democrática, apelar a que sejam tornados públicos os nomes das pessoas e entidades que suportaram o estudo que conduziu ao presente adiamento e bem assim revelados os seus interesses, directos ou indirectos, em projectos localizados a sul do Tejo.”*

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado, votá-la-emos no fim.

Senho deputado João Cunha faça favor!

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Sem prejuízo depois, quando for a análise da moção do senhor deputado Carlos André, nessa altura também gostava de intervir sobre esta questão da Ota, mas agora o que me traz aqui tem a ver com duas outras questões.

A primeira tem a ver com um voto de congratulação pela passagem de mais um ano de aniversário da elevação da Maceira a vila, queria saudar o povo da Maceira por esse facto e deixar bem vincado que isso deve constituir um estímulo para o desenvolvimento da freguesia e toda a envolvente.

O segundo ponto que queria abordar hoje aqui, tem a ver com algo que foi aqui abordado na última Assembleia Municipal, que foi objecto de uma moção apresentada por mim próprio e que tinha a ver com a realização dos exames do 4º e do 7º ano, as provas de aferição, no dia que constituiu o feriado municipal da cidade. Na altura houve aqui quem inclusivamente me acusasse, na abordagem que fiz à questão, de demagogia barata, porquanto, se punha em dúvida se efectivamente os dias que o Ministério da Educação dispunha para decidir sobre esta matéria, enfim, provavelmente cairia sempre em cima de um feriado municipal qualquer.

Da análise feita ao calendário dos feriados municipais existentes no País, e em função do período concreto que estava a decorrer, dessa análise infere-se claramente que havia dias disponíveis para esse efeito. Pelo que, eu queria sublinhar que depois dos alertas que foram feitos, nomeadamente na Comissão Parlamentar da Educação,



inclusivamente por uma deputada do Partido Socialista, que o Governo persistiu em manter essa data, pelo que as razões que eu abordei nessa altura me pareceram agora cada vez mais claras, sobre essa matéria. E, gostava de pedir à senhora Presidente da Câmara, se já haveria disponível por parte do Município, um apuro dos custos que isso implicou para a estrutura municipal, a realização dessas provas no dia do feriado municipal da cidade, já que, para as famílias do Concelho, houve custos efectivamente que se verificaram e que motivaram o desconforto de muitas das famílias. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor deputado Vitorino Pereira.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Boa noite a todos!

Na última sessão da Assembleia Municipal, duas propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda, sobre o dia 25 de Abril e sobre o 1º de Maio, só tiveram infelizmente o apoio do PCP, e mais nenhuma força política ou qualquer outro deputado, apresentaram qualquer moção sobre aquelas datas, numa inequívoca demonstração (parece-nos), da pouca importância que aquelas datas para eles têm. Mas o que me leva a chamar a atenção para o facto, não foi o da larga maioria dos senhores deputados terem votado contra as moções. Esta é uma das riquezas da democracia, o podermos dizer sem receio das represálias, quais as nossas opiniões sobre qualquer assunto, mas pelos vistos este Governo pretende modificar. Mas sim a maneira como os porta-vozes das diversas organizações políticas, PS, PSD e CDS, numa espantosa simbiose política certamente bem comunadas, vieram para o Terreiro, atacar desabridamente as nossas propostas, denominando-as de partidárias, divisionistas, demagogias baratas, moção claramente ideológica, como se nesta câmara se apresentassem moções sem carácter ideológico, criador de clivagens, panfletários, etc.

Como muito bem disse o senhor deputado Domingos Carvalho, as moções apresentadas pelo Bloco nesta Assembleia, foram também apresentadas em muitas outras assembleias, com igual conteúdo, mormente neste distrito, na Assembleia Municipal de Alcobaça. E senhores deputados, sabem qual foi o resultado das



mencionadas moções? Vejamos o que se passou aqui mesmo ao lado, no Concelho de Alcobaça.

Como sabem, o Município de Alcobaça que faz fronteira com o nosso, tal como este, é maioritariamente PSD, cujos militantes fazem parte da mesma distrital que os de Leiria, o mesmo se passando com os do PS. Pois, caros deputados, em Alcobaça, tanto a moção sobre o 25 de Abril como a do 1º de Maio, idênticas às aqui apresentadas, foram aprovadas por maioria, mas o que é ainda mais sintomático, é que houve abstenções mas nenhum voto contra. Como vêem não somos nós, os do Bloco de Esquerda, que somos sectários, bem pelo contrário.

Quem tem seguido a nossa actuação nesta Assembleia, não pode de modo algum fazer tal afirmação. Nunca deixámos nem deixaremos de apoiar qualquer resolução só porque foi apresentada por este ou por aquele partido, por este ou por aquele deputado. Desde que a entendamos correcta tem sempre o nosso apoio, venha de onde vier - frisamos.

Quanto à questão do 25 de Abril, camarário chamemo-lhe assim, e para frisar este tema, e porque a senhora Presidente se mostrou muito melindrada quando esta tribuna veio alertar a Assembleia para o sectarismo que havia por parte do executivo camarário, em relação às comemorações daquela data, não podemos deixar de lhe recordar, que lá por o executivo ser de maioria PSD, não quer dizer que a Câmara não tenha que ser democrática e respeitar a representatividade dos outros partidos, e sobretudo, não deve tornar o 25 de Abril como uma exclusividade sua, como uma presença do seu partido, como espaço para só, praticamente, os seus simpatizantes poderem falar sobre ele, senão vejamos e para só falarmos nos últimos cinco anos:

Em 2003, José António Saraiva, simpatizante do PSD, então director do Expresso, foi o convidado pela Câmara para a sessão do 25 de Abril. Em 2004, no ano seguinte, Dr. Vítor Crespo, conhecido deputado do PSD, foi o convidado. Em 2006, Francisco Balsemão, um dos fundadores do PSD, veio abrilhantar o naipe e foi o orador do 25 de Abril, e finalmente, em 2007, Laborinho Lúcio, que foi Ministro da Justiça, nos governos de Cavaco Silva, inegavelmente um dos elementos mais conhecidos do PSD. Se isto não é ser sectário, senhora Presidente, como diz o povo "vou ali e venho já"!

E foi precisamente para que não continuasse a haver esta "bagunça", este oportunismo político e este sectarismo, que nós, o Bloco de Esquerda, propusemos



que as comemorações do 25 de Abril, fossem efectuadas no órgão do concelho, que é de facto o que representa na sua essência, na sua força, esta Assembleia.

Por isso, é que nos surpreendeu e nos pareceu caricato, a proposta vinda de um elemento da bancada socialista, para que a Câmara editasse um livro com os discursos camarários do 25 de Abril. Somos dos que pensam que esta Assembleia, é por excelência o órgão deliberativo do Município, e o que mais directamente representa ou pode vir a representar os interesses dos munícipes. Assim sendo, não conseguimos descortinar porque motivo, com excepção das saídas de Leiria e estou a lembrar-me da concorrida Assembleia em Monte Real, a assistência às sessões da Assembleia são praticamente reduzidas a duas ou três pessoas, hoje felizmente, é uma excepção. É um autentico fosso entre nós e a população e devemos questionar o porquê desta situação e urge pois alterá-la, envolvendo e atraindo a população.

Neste sentido, e como um primeiro passo, cremos que se deveria publicitar bem a data e o local da Assembleia e a ordem de trabalhos da mesma, e daqui solicito aos Presidentes das Juntas que o façam, que se esforcem, para que a notícia da Assembleia e da sua ordem de trabalhos, seja colocada com antecedência no edifício da Junta. E deverá também ser revelado ao público nos diversos placards publicitários que a Câmara tem espalhados pela cidade de Leiria, onde publicita diversas organizações suas.

Finalmente, um pedido que sei que será facilmente atendido.

Na zona do Polis, que vai desde a Igreja de Santo Agostinho até São Romão, e que creio que será neste momento a mais frequentada, não existe uma única instalação sanitária. Será difícil, enquanto não se faz algo melhor, colocar nessa zona uma instalação mesmo provisória?

Aqui fica o desafio!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

No que diz respeito à publicitação da data e do local das sessões, eu devo informar o senhor deputado que os editais são afixados nos locais previstos pela lei e são publicitados nos jornais diários de acordo com a lei. Mas eu apoiaria, o incremento dessa publicitação em outros locais públicos, de modo a que a população possa ter conhecimento. Eu acho que nós temos sempre que agradecer e dar as boas-vindas aos elementos do público que queriam estar presentes.

Tem a palavra agora o senhor deputado Pedro Biscaia.



DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Muito boa noite, Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, estimados Deputados Municipais!

Aproveito a oportunidade do período antes da ordem do dia, para questionar a Vereação da Câmara Municipal e sugerir algumas medidas concretas, relativamente a três temas da vivência urbana de Leiria.

1- Programa Leiria Polis:

É conhecido o apoio convicto e interessado que dispense a este Programa de requalificação do espaço público, que trouxe um novo impulso para o usufruto da cidade, nomeadamente de toda a manga que bordeja o rio Lis. É um gosto partilhar os percursos pedonais das suas margens com dezenas e dezenas de pessoas de todas as idades que, diariamente, os utilizam em actividade física informal.

No momento em que foi anunciada a abertura de concursos para algumas obras, ainda não executadas do Plano, importa observar o que já está em funcionamento e solicitar informação adicional sobre as que, agora, a Câmara se propõe promover.

Eis alguns reparos e sugestões:

Embora aberto ao público há poucos meses, no troço entre as Olhalvas e S. Romão, registam-se já danos de materiais e de mobiliário urbano sem que se verifique rápida intervenção de manutenção. Têm vindo a aumentar o número de peças dos decks de madeira soltas e partidas, segmentos do percurso sem a devida iluminação pública, bebedouros inactivos ou o sistema de rega mal calibrado e com desperdícios de água. Mesmo sabendo da eventualidade de deficiente uso ou de falta de civismo de alguns, é urgente a intervenção para estancar este processo de desgaste rápido que pode atrair outras formas de vandalismo. A iniciativa autárquica de promoção das boas práticas cívicas é uma ideia interessante mas, como em qualquer acordo, exige-se que as partes assumam o seu quinhão de responsabilidade. Neste campo, à Câmara compete prevenir, fiscalizar, dar o exemplo, insistir na constante conservação dos equipamentos públicos.

A higiene pública também, ali, pode melhorar, com instalação de colunas para depósito de dejectos de canídeos, a urgente construção de instalações sanitárias que sirvam os utentes do parque radical e a recolha mais regular de lixo das poucas papeleiras existentes.

Em termos de segurança é notória a necessidade de delimitar o espaço pedonal de um corredor destinado a bicicletas e dotar o parque de actividades radicais, com



indicações do modo conveniente de uso dos vários locais de lazer ou da limitação etária do acesso à estrutura de escalada, o que poderá constituir um grave risco, com responsabilidade legal para a Autarquia. Nesse âmbito, julgamos prudente a colocação de um painel informativo e a instalação de um telefone SOS nas proximidades, para chamadas de emergência em caso de acidente.

É possível atenuar, com facilidade, estes problemas e valorizar, ainda mais, este espaço público, hoje tão procurado por muitos leirienses.

Na zona do Rossio de Leiria, também é patente a degradação do piso, ao que sei apenas previsto para pisoteio e não para trânsito automóvel, o que demonstra alguma dificuldade de adaptação das decisões técnicas, às opções políticas entretanto tomadas. Assim como está, resulta no desperdício do investimento sem a funcionalidade e durabilidade desejáveis.

No perímetro jardim Luís de Camões cuja intervenção demasiado minimalista não soube ou não quis criar uma nova dinâmica de uso polivalente, foi colocado mobiliário urbano importado de Mariland- Estados Unidos da América- cujo material metálico não parece adequar-se à exposição solar dos meses mais quentes do nosso clima. Não se entende, igualmente, a lógica da intervenção executada no jardim, mais pobre face aos objectivos do projecto paisagístico inicial. Manteve-se um canal de mera passagem utilitária e as sebes exteriores isolam, sem vantagem, os locais interiores. Afinal, apenas se procedeu a uma limpeza geral, adicionada a um ou dois melhoramentos de pormenor.

É também possível criar, sem grande esforço, um espaço mais aberto, seguro e tranquilo destacando, pedagogicamente, o património arbóreo existente que, como é sabido, é de interesse relevante.

Será que as obras que agora se iniciam darão resposta a estas dúvidas e sugestões?

Mas estas, são algumas das pequenas críticas que podemos fazer a este programa. Bem mais grave, é o facto desta Assembleia Municipal ainda não ter aprovado três do quatro Planos de Pormenor do Programa Polis como é da sua competência, tal como não lhe foi suscitada a avaliação global dos resultados positivos e negativos desta intervenção. Por exemplo: A Câmara Municipal já questionou o projectista da chamada Ponte "parque infantil" aqui perto do Rossio dos Borges, cujo uso previsto se verificou, na prática, inviável, obrigando à manutenção, em paralelo, de outra ponte provisória ? Não houve responsabilidades assacadas a quem esboçou apenas um objecto de design sem cuidar da sua utilidade e adaptabilidade à função? E o



passadiço de madeira na encosta do castelo a quem serve como está, ligando nada a coisa nenhuma? Quanto foi o seu custo ? Quem decidiu a sua construção, aparentemente sem sentido, mesmo constatando que havia dificuldades na expropriação de terrenos na sua extensão?

Mais dúvidas e questões merecem uma resposta pública, tais como a existência do parque de estacionamento de Stº Agostinho com taxa de ocupação reduzidíssima, fazendo duvidar da pertinência da sua construção, realizada com forte comparticipação financeira do Programa Polis. Terá sido um simples erro de previsão que motivou esta aplicação de verbas, sem retorno visível? Há algum plano para rentabilizar, com benefício público, aquela infra-estrutura?

E o que é que se passou, exactamente, com a desistência de eventual expropriação ou aquisição dos terrenos do projectado jardim da Vala Real entre as pontes Hintze Ribeiro e Afonso Zúquete, o que cria um corte abrupto no usufruto das margens do Lis? É uma situação sem solução próxima?

Porque o Programa Leiria Polis trouxe inegáveis melhorias à qualidade da vida urbana e contribuiu para dignificar o espaço público é importante fazer, sem reservas, o balanço do que foi já realizado, corrigir erros, melhorar alguns aspectos e conhecer as perspectivas imediatas da sua concretização.

2- Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) :

A imprensa local noticiou a intenção da Câmara Municipal promover a constituição de uma Sociedade de Reabilitação Urbana para o Centro Histórico de Leiria.

A confirmar-se esta informação, como se articulará com o Plano de Pormenor do Centro Histórico em fase final de aprovação? Que parcerias privadas poderão participar no projecto ? Existe algum calendário de execução?

Se esta ideia corresponder à verdade, entendemos que a Assembleia Municipal deve debater, em ponto próprio da ordem de trabalhos de uma próxima sessão, todos os contornos legais e administrativos dessa Sociedade, no intuito de se encontrar um modelo de trabalho consensual.

O Centro Histórico não é uma peça decorativa da cidade e do Concelho. É a afirmação da sua história e um importante recurso económico a aproveitar pela Comunidade. Por isso, é necessário agir, com prudência, mas também com agilidade de processos.

3- Espaço Comercial na zona do estádio:



Aproxima-se a data da apresentação das propostas com vista à construção da unidade comercial na zona adjacente ao estádio municipal. Importa solicitar informação concreta sobre a calendarização prevista para os vários procedimentos subsequentes e sublinhar a ideia já aqui proposta pelo Partido Socialista, e que mereceu a concordância da Senhora Presidente da Câmara, da vantagem da formação de uma Comissão Consultiva de Acompanhamento composta por deputados de todos os partidos aqui representados, embora coordenada pela força política maioritária desta Assembleia.

Como foi apontado na altura, é uma matéria de grande sensibilidade para o futuro da cidade e com um programa ambicioso de contrapartidas que importa seguir com todo o rigor e vigilância democrática.

Reiteramos, por isso, o nosso empenho no funcionamento desta Comissão, propondo que ela seja eleita nesta mesma sessão. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu peço, já o pedi várias vezes aos senhores deputados que apresentaram moções e propostas, e que têm os seus textos tão desenvolvidos, que os enviem por e-mail à Teresa Pinto, porque isso pode evitar bastante trabalho.

Tem agora a palavra o senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Era para chamar a atenção de que, depois de nove meses de terem aceite que poderíamos eventualmente acompanhar com mais pormenor, e que seriam entregues aos grupos da Assembleia Municipal os documentos relativos ao PDM, que passados nove meses estamos na mesma. E portanto, gostaria de saber quando é que está previsto darmos seguimento a essa decisão, que aliás, foi logo aceite pela Câmara Municipal.

Depois também, era para saber quando é que a decisão que tomámos há um ano de retomar as reuniões da Comissão Municipal de Defesa e Reabilitação do Centro Histórico, que também há seis meses atrás voltei a vir aqui e já não volto mais, hoje é a última vez que falo nisso, e portanto nem vale a pena continuarmos a discutir isto, ou marcamos hoje ou não vale a pena, extingue-se, acabou. Mas era importante saber quando é que marcamos, em que data, porque de facto há um conjunto de



coisas que a gente vai vendo, ainda agora vimos aqui, a Sociedade de Reabilitação Urbana, fala-se aqui por exemplo, no relatório da Presidente, que foram desenvolvidos trabalhos preparatórios com vista à elaboração por uma entidade externa de um estudo do enquadramento estratégico da área crítica, quer dizer, a gente tem um plano de pormenor, há um regulamento, há um conjunto de coisas, há opções, há digamos, esse plano deve conformar um visão do Centro Histórico, ou seja, convinha a gente começar a perceber o que é isto. Tínhamos vindo aqui há seis meses colocar o problema de uma intervenção no Centro Histórico que deu no que deu ali na Rua Fonte Freire, mas mesmo assim parece que não há sensibilidade nenhuma para abrir à Assembleia Municipal a discussão dos problemas. E digo com franqueza, claro, foi o PCP que na altura fez a proposta de um plano de pormenor para o Centro Histórico, naturalmente que não vamos deixar de falar nisso, vamos continuar a exigir para ali um plano de pormenor, para defender o Centro Histórico, mas francamente, também já aborrece tanta vez, tanta vez, e não há uma data, não se define porquê?

Eu digo francamente, podem fazer as comissões que quiserem, aquelas que vos interessarem eu não ponho lá os pés, porque não se aceita este tipo de comportamento. Lembram-se que decidimos aqui fazer uma reunião, Leiria está confrontada com o esvaziar da sua centralidade, toda a gente já percebeu isto. Dissemos que era importante para a afirmação de Leiria darmos atenção a isto, Coimbra está a decidir a seu belo prazer e tem opiniões próprias para se afirmar como grande centro da região Centro, Leiria, a Câmara, nós, estamos a deixar correr o marfim. Nem temos orientação, nem agimos, não somos capazes de concertar unidos uma posição! Até hoje continuo à espera, já lá vai quase um ano, e digo-vos francamente, Leiria vai perder e vai perder bastante.

Conselho Municipal de Segurança!

Faz um ano em 26 de Junho que reuniu. Era para reunir três meses depois, fazermos um balanço à situação das forças de segurança, vai abrir uma nova esquadra, já vimos o que é que aconteceu, precisávamos de fazer um balanço, ficou até assente que as forças de segurança faziam um balanço à volta do dispositivo para podermos também tomar uma posição e Leiria conhecer e a Assembleia Municipal, zero!

Eu digo francamente, não sei se vale a pena a tentativa de propor e fazer propostas para entrarmos dentro dos problemas, para participarmos, para darmos o nosso contributo, para nos interessarmos pelos problemas, talvez o que valha a pena é vir



aqui dizer umas larachas, para a Comunicação Social, certamente depois dirá, se tivermos habilidade para dizer meia dúzia de genialidades, de virem nos jornais, para dizer que existimos, mas a intervenção no concreto, para defender o interesse das coisas ,e da população e do concelho, nós temos muita dificuldade em perceber como é que vamos intervir. Viu-se na última Carta Educativa, o que é que deu, é um montão, depois ninguém está disposto a ouvir ninguém, porque de facto não há espaço para discutir.

Bom, e já agora também perguntar quando e o que é que está previsto para resolver o problema da EB1 da Gândara, porque também aqui vieram protestar em relação ao problema que têm, das dificuldades que têm em relação lá ao equipamento.

Por isso senhor Presidente, era importante saber, e já agora senhora residente da Câmara, explique bem o que é esta entidade externa e o estudo do enquadramento estratégico em relação à área crítica, porque já agora gostava de saber o que é que se passa. E particularmente é preciso ter em conta, que não há sociedade de reabilitação urbana sem, julgo eu, a Assembleia Municipal o decidir. Agora o que não se justifica é esta fuga sistemática às decisões que aqui tomamos, isso é que não se justifica.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado, lembre-se que tudo vale a pena, se a alma não é pequena.

Já agora, antes de dar a palavra ao senhor deputado Carlos André, pergunto se a Comissão do Centro Histórico está constituída?

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

A proposta é que a Comissão seja constituída pelas mesmas entidades que estavam na anterior e face à primeira reunião se veja se é preciso fazer algum reordenamento, foi isso que ficou assente na última vez...

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Sim, mas há uma Comissão constituída e essa Comissão tem um líder, tem uma pessoa que a coordena, suponho eu!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

É o Presidente da Assembleia ou...



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu desconhecia isso!

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Muito obrigado senhor Presidente.

Não pedi a palavra para fazer perguntas, pedi a palavra para fazer um protesto.

O senhor deputado José Augusto Esteves, permita-me que lhe diga desde já que, nós estamos em sintonia com aquilo que o senhor acabou de dizer em relação a estas preocupações, porque as comissões não funcionam. Partilhamos das mesmas preocupações em relação à cidade, em relação a todos estes problemas que citou, mas chamo-lhe a especial atenção para a necessidade que existe de nós medirmos as palavras. Todos nós ao fim de alguns anos, o senhor deputado tem mais experiência nisto do que eu, vamos aprendendo a lidar com retórica e às vezes deixamo-nos entusiasmar por ela e dizemos coisas que não devem ser ditas. E senhor deputado permita-me que proteste, nós não vimos aqui dizer umas larachas, o senhor disse que nós vínhamos aqui dizer larachas, mas nós não vimos aqui dizer umas larachas. Nós vimos aqui expor os nossos pontos de vista, em defesa de programas que apresentámos ao eleitorado e em defesa dos interesses do concelho de Leiria. Cada um tem o seu entendimento sobre os interesses do Concelho de Leiria e é justo que sejam defendidos aqui e são necessariamente diferentes. Não vimos dizer umas larachas, nem vimos dizer umas ligeirezas, até porque algumas das questões que expôs, nós também as temos exposto aqui.

E portanto que fique claro, estamos em perfeita sintonia em relação às preocupações que expôs mas não podia calar a minha surpresa (e que não é minha é da bancada que eu represento), e penso que provavelmente é em nome da toda a Assembleia, em relação a essa afirmação de que nós vimos dizer umas larachas. Uma Assembleia Municipal não é isso, uma Assembleia Municipal é um palco de debate, eu acredito nas virtualidades do debate, é por isso que nós nos fizemos eleger e é isso que estamos aqui a fazer. Quanto ao resto estamos todos de acordo, mas permita-me que faça este reparo.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Finalmente tem a palavra o senhor deputado Cláudio de Jesus.



DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PSD)

Boa noite!

Cláudio de Jesus, PSD.

Senhor Presidente, Senhora Presidente, caros colegas Deputados, senhores Vereadores, público e Comunicação Social.

Eu venho aqui contrariar um pouco a tese de que as comissões que são constituídas no seio da Assembleia não funcionam. Eu venho aqui fazer um ponto de situação sobre uma Comissão que foi constituída para de alguma forma apurar a razão que levou à necessidade de alugar um gerador, que serviu o complexo municipal de piscinas durante um período alongado no tempo, que todos bem conheceis, e gostava de vos dizer que já durante os meses que mediaram Fevereiro e este mesmo mês de Junho, já ouvimos nove pessoas que de alguma forma estiveram ligadas ao processo e que eu gostava de vos dizer quem foram para vos fazer aqui e agora , o ponto de situação.

Começámos por ouvir o Eng.º João Pedro Faria, da EDP, empresa que de alguma forma presta o serviço de fornecimento de energia ao complexo municipal de piscinas, a Eng.ª Anabela Arana, da direcção de estudos e projectos da Leirisport, depois ouvimos o Arq. João Patrício e o Eng.º Licínio Freire, que eram os projectistas da instalação, nomeadamente o Eng.º Licínio Freire, que era o projectista responsável pelas instalações eléctricas, ouvimos seguidamente o Conselho de Administração à data da tomada de decisão, digamos assim, o Dr. Paulo Rabaça em primeiro lugar e depois a Dr.ª Cristina Grácio e o Dr. João Paulo Empadinhas.

Por fim e já este mês, ouvimos ainda para afinar algumas questões que no nosso entendimento não estavam bem esclarecidas o Dr. Rogério Salvador, que é actualmente o responsável pelo bom funcionamento do complexo das piscinas e ainda o Eng.º Luciano Ramos, que era na altura consultor técnico e penso que é hoje o técnico responsável pela instalação eléctrica das piscinas municipais.

Gostava também de vos dizer que, era suposto esta Comissão, ao fim de noventa dias, vos trazer aqui hoje um relatório circunstanciado, daquilo que fosse nosso entendimento trazer-vos, tal não foi possível porque como compreenderão, as pessoas nem sempre reúnem quando querem, reúnem quando podem, e da conjugação toda da disponibilidade de todos é que nascem datas para que reunamos. Falta ainda ouvir naturalmente o empreiteiro responsável pela obra, aliás, o director de produção do empreiteiro, e por fim, a senhora Presidente da Câmara Municipal.



Nós contamos durante a Assembleia do mês de Setembro, aí sim, trazer-vos o relatório que fomos incumbidos de fazer. Era só.

E já agora senhor deputado Sequeira, eu não tenho rigorosamente nada a ver com a produção daquela factura, com a descrição. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra a senhora Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entender dar.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito obrigada senhor Presidente.

Ora bem, eu começava exactamente conforme foi acabada a intervenção do deputado Cláudio de Jesus, sobre a descrição da factura dos SMAS.

Eu pedia naturalmente ao senhor António Sequeira que me fizesse chegar não a nossa mas a dos Serviços Municipalizados de Alcobaça, porque naturalmente o que se pretende é que aquilo seja esclarecedor para as pessoas. O objectivo é que aquilo seja o mais minucioso possível e quando se pretende que uma coisa seja demasiado minuciosa não é de leitura fácil para o cidadão comum. E portanto, vai-se naturalmente corrigir de maneira a que seja de leitura normal e fácil para qualquer pessoa que queira perceber o que é que está a consumir, e não interessa rigorosamente nada se foram feitos acertos ou não. Mas a informação que eu tenho, por acaso disse-me há pouco a senhora vereadora Isabel Gonçalves, é que houve sempre o cuidado de que fosse o mais esclarecedor possível, que tivesse a maior informação técnica e nós sabemos que por vezes essa informação técnica baralha as pessoas.

Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta da Barreira, eu vou-lhe responder como já lhe respondi numa reunião que teve comigo e que a propósito me falou na questão da sucata.

Se existem negociações no sentido da retirada da sucata da Calçada do Bravo é verdade. Negociações que vêm a decorrer há muitos anos a esta parte, que a vereadora Neusa Magalhães tem acompanhado, tem andado a reunir e portanto, se viu os senhores a reunir com a senhora vereadora Neusa Magalhães, nada de estranhar, porque variadíssimas reuniões ela já fez.



Tenho conhecimento, porque ela deu-me recentemente conhecimento, que eles estão mesmo empenhados em dismantelar a sucata e que a sua diminuição sucessiva, e que é visível, tem sido feita através de venda à Siderurgia, a sucata está a ter muita saída e portanto eles estão a desfazer-se da sucata. Mais não sei. Portanto, tal e qual como lhe disse na altura, não tinha conhecimento de eles andarem a tentar licenciar. Aliás, a informação que eu tinha é que eles queriam pura e simplesmente desfazer-se do negócio. Os terrenos onde está a sucata são terrenos de possível construção e portanto eles teriam interesse em fazer negócio, para vir ali a fazer qualquer construção de acordo com as regras do PDM. Se o senhor me diz que eles iam pedir uma certidão, não faço ideia para que efeito, pelos vistos a informação que lhe deram foi de que é uma zona florestal, não tem viabilidade e portanto o que lhe dizemos é que naturalmente a Junta de Freguesia respectiva, se isso vier a acontecer, será devidamente informada, seja a Barreira seja outra qualquer, na certeza porém que de acordo com o PDM, o senhor já disse aqui quais são as regras.

Relativamente à questão do Jardim de Infância do Telheiro e das questões da Educação, depois o senhor vereador Vítor Lourenço dará as respectivas explicações, inclusivamente à questão do deputado João Cunha, que falava aqui dos custos que teve para o Município a concretização dos exames no dia do feriado municipal.

Relativamente à intervenção do deputado Vitorino Vieira Pereira, eu não posso deixar passar mais uma vez. O senhor diz que fico indignada e eu fico indignada. Fico, não posso esconder. O senhor diz coisas que têm que indignar as pessoas e se eu não dissesse isso não ficava bem comigo própria.

O que o senhor aqui disse, relativamente àquilo que tem sido a comemoração do 25 de Abril por parte da autarquia de Leiria, é de uma injustiça enorme, porque o senhor ainda por cima fez a análise que lhe apeteceu. Não disse por acaso, que um dos convidados do 25 de Abril, foi o actual Ministro da Justiça, o Dr. Alberto Costa. Não disse por acaso, não lhe interessou, porque é demasiado à esquerda no seu raciocínio, para ser convidado pela Câmara de Leiria, que é do PSD. É de uma injustiça enorme!

A Câmara de Leiria tem tido o cuidado de convidar para o 25 de Abril cidadãos respeitados no País independentemente das suas cores políticas, e penso que o tem conseguido fazer. Nunca teve qualquer tipo de preocupação em chamar a pessoa A ou a pessoa B, por ser do partido A ou do partido B. Foi sempre uma atitude de total



isenção, preocupada sim com a qualidade e de serem cidadãos respeitados, reconhecidos, e que alguma coisa já fizeram até hoje pelo País. Se o senhor me disser que nunca convidei ninguém do Bloco de Esquerda, não convidei nem pretendo convidar, enquanto for Presidente da Câmara.

Relativamente à sugestão que fez das instalações sanitárias/Polis.

É uma reclamação pertinente, e quando é pertinente eu também digo. Tem toda a razão de ser. Aquela zona que é muito utilizada, sobretudo a do parque radical, tem uma utilização muito significativa e permanente e portanto é obrigatório, absolutamente, ter ali uma casa de banho.

Quando se fez o projecto, pensou-se que o apoio dos campos de ténis iriam lá ter instalações sanitárias e balneários e que poderiam servir as pessoas que estão do lado de cá do rio. Mas a verdade é que fica bastante distante, a ponte é grande e portanto não me parece sinceramente ser uma solução feliz.

O que nós estamos a pensar fazer, é colocar ali provisoriamente umas instalações sanitárias, dessas que existem hoje, com qualidade, mas no futuro já temos previsto em termos de layout, a localização ali de um equipamento fixo (casa de banho) e também um apoio tipo pequeno bar, para vender gelados para os miúdos, águas, enfim, coisas do género, com uma pequena esplanada. Temos tido já variadíssimas ofertas de privados, interessados em virem ali fazer essa exploração. Nós estamos a preparar o caderno de encargos para fazer um concurso, exigindo ao privado que construa ali o equipamento, que faça também as respectivas instalações sanitárias, ficando com a concessão. Portanto como disse, estamos a preparar o caderno de encargos, já temos o local e é perfeitamente pertinente essa sua observação e quando assim é nós temos que dizer.

Relativamente às várias observações do senhor deputado Pedro Biscaia, eu queria-lhe só fazer uma observação geral, que aliás é visível no texto que leu, ou seja, o senhor diz e é verdade.

A intervenção Polis, a meu ver, é uma intervenção feliz, e o maior teste da felicidade é o seu uso. É realmente extraordinária a quantidade de pessoas que usa o espaço Polis, facto que não tem acontecido noutras cidades, em que também houve intervenções Polis. Havia aqui esta necessidade. As pessoas estavam com uma grande ansiedade em ter este espaço público para poder usufruir e por isso usam.

As intervenções que estão feitas, na minha opinião naturalmente, são de uma maneira geral felizes. Evidentemente podemos estar aqui a discutir, são



sensibilidades e gostos, mesmo a intervenção do Rossio e do espaço central na minha opinião, é uma intervenção feliz. Diz que o jardim é uma intervenção minimalista, mas sempre foi pensada assim. Sempre foi pretendido que o jardim mantivesse as características do chamado jardim romântico do início do século e foi exactamente isso que se manteve. Nunca houve outra intenção e no projecto não está isso de maneira nenhuma. Pode dizer que as flores podiam ser mais coloridas, de acordo. Mas o que está previsto no projecto, desde o início, é aquela configuração, para manter a característica do jardim tradicional. Agora o que se fez foi mudar algumas árvores, renovou-se alguma zona de sebes, as plantações poderão ter mais vida concordo, mas a intervenção do jardim foi sempre esta a pensada. E devo dizer-lhe que, precisamente a intervenção central tem sido das intervenções mais apreciadas por quem vem de fora. Ainda ontem (só apenas um apontamento mas é interessante, também é bom que os senhores deputados saibam aquilo que ouvimos de bom) houve em Leiria, no Teatro Miguel Franco, uma reunião do PROT da Região Centro (Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro). Vieram presidentes de Câmaras, cidadãos, técnicos de câmaras de toda a zona centro do País, e ficaram completamente encantados com o centro da cidade e vieram manifestá-lo. Já não vinham a Leiria há imenso tempo e vinham manifestar realmente a sua satisfação por aquilo que viram. Há pequenas coisas que têm que ser corrigidas, de acordo, agora a apreciação geral e eu volto a repetir porque isso também é dito, evidentemente que é feliz.

Agora, observações que eu lhe queria fazer, danos, pequenos danos sobretudo num dos percursos pedonais.

Todas as intervenções que foram feitas, como é sabido por fases, por troços, neste momento estão ainda entregues ao respectivo empreiteiro. À excepção da zona do Estádio, que foi a primeira a ser feita e que já está entregue à Câmara, em que a manutenção e responsabilidade de conservação é da Câmara. Tudo o resto, é da responsabilidade do respectivo empreiteiro, porque ainda está no tempo da responsabilidade ser dele. Qual é o nosso papel? É alertá-lo permanentemente para as reparações e é isso que estamos a fazer e nem sempre a resposta é tão rápida quanto se pretende, apesar das variadíssimas insistências. E vai ser assim até perfazer um ano cada uma das recepções de cada uma das intervenções. A partir daí, passará ser da responsabilidade da Câmara.



De qualquer das maneiras, o que se nota é que algumas das coisas degradadas são por intervenção das pessoas. Como diz e bem no texto, fazem mal, actuam mal, estragam, não deliberadamente mas vão com as bicicletas para cima dos decks, começam a fazer cavalinhos e “avarias” em cima dos decks, etc., e isto naturalmente estraga.

Nós estamos convictos que a campanha de civismo que também refere e que vai ter início a partir da semana que vem, irá ter algum efeito prático nas pessoas. O que pretendemos é que as pessoas utilizem estes espaços como se estivessem em casa delas, a campanha vai ser nessa base, porque se em casa delas não estragam, também não devem estragar naquele espaço que usufruem, o espaço público. Vamos esperar para ver. Mas todos temos também que ter um papel pedagógico para que aquilo não se degrade. Pedia a todos os senhores deputados que nos fizessem chegar (porque naturalmente não andamos todos nos mesmos sítios), alguma coisa que verifiquem que não está bem, para nós de imediato mandarmos actuar ou, no caso de já ser da responsabilidade da Câmara, a Câmara actuar directamente.

Uma questão que tem imensa razão é a aprovação dos planos de pormenor. É perfeitamente incrível!

Os planos de pormenor estão prontos por parte de quem os fez, que foi a Sociedade LeiriaPolis. Estamos à espera há um ano de marcações das comissões técnicas de acompanhamento, por parte da Direcção Geral do Ordenamento do Território, sem o que não podem ir alguns para discussão pública e outros para aprovação pela Assembleia Municipal. Esta é aquela conversa antiga que eu tenho nas Assembleias, de que é impossível fazer planos neste País. Esperemos nós que isto acabe com a legislação que foi recentemente aprovada em Conselho de Ministros, e que está na Assembleia da República para aprovação, que eu julgo que vem agilizar finalmente estes procedimentos administrativos para aprovação de planos.

E tanto quanto eu sei, esta nova legislação vem-se aplicar àqueles que estão em curso e portanto esperemos que, quer o nosso PDM quer os planos de pormenor quer o plano de urbanização, porque são vários os planos que temos em andamento, venham a ter finalmente um fim feliz e rápido, porque do ponto de vista prático está tudo feito, não há nada a fazer, a não ser vir à Assembleia.

Relativamente à questão da ponte/parque infantil.



Há aqui qualquer coisa que eu não percebi em relação à intervenção, porque a ponte/parque infantil continua ser isso mesmo, é as duas coisas. E é um sucesso como ponte/parque infantil, porque está permanentemente cheia de crianças.

O que acontece, e foi sempre esse o objectivo, é que a entidade que faz o licenciamento de parques infantis, que é o Instituto do Desporto, entendeu que apesar daquilo ser uma ponte, tinha que haver uma ponte ao lado (por acaso está lá) para evitar que aquilo fosse só ponte, por causa das crianças estarem a brincar e poderem atingir qualquer cidadão que passasse na ponte. Foi exactamente este o parecer. Senhor deputado Pedro Biscaia, eu tenho o texto do parecer e o que dizem é o seguinte: A ponte está correcta com os equipamentos que lá estão, como brinquedos, mas é melhor ter uma ponte ao lado para facilitar a passagem das pessoas.

Em relação ao parque radical, estamos a fazer um protocolo com uma associação especialista em desportos radicais, para ficar com a incumbência de tomar conta da parede de escalada nessa zona.

Relativamente à intervenção na zona da Vala Real, é precisamente uma das zonas em que a maioria ou quase a totalidade dos terrenos são privados, só pode ser feita a intervenção após a aprovação do plano de pormenor e publicação. Portanto, é este o ponto de situação.

Relativamente à Sociedade de Reabilitação Urbana, é importante que se perceba o seguinte:

Aquilo que apareceu evidentemente que é daquelas coisas que nem vale a pena discutir. A Câmara não pode constituir uma Sociedade de Reabilitação Urbana. Não houve nenhuma deliberação de Câmara nem qualquer decisão sobre isto, é da competência da Assembleia Municipal. Isto é uma evidência. Agora, é importante saber-se o que é que se está a fazer.

Existe o Plano de Pormenor do Centro Histórico, que é um plano de intervenção urbanística, que está a ser complementado pelo dito plano estratégico de intervenção, do ponto de vista económico. E o embrulho dos dois planos há-de dar origem ao chamado Plano Estratégico Global, que vai ser apresentado e muito discutido e que nos levará a todos (à Câmara em primeiro lugar e depois à Assembleia Municipal) a pensar se faz ou não faz sentido, a constituição de uma Sociedade de Reabilitação Urbana. Houve cidades no País que formaram estas sociedades, sem terem qualquer tipo de plano, isto é, formaram as sociedades e



depois ficaram paradas à espera de fazer os planos. Qual foi o nosso entendimento? Vamos fazer os planos, plano de intervenção física que é o plano do Centro Histórico, mais plano financeiro, de intervenção concreta nas casas, para depois de estarmos na posse de todos estes elementos, a Câmara e a Assembleia Municipal decidirem se faz ou não faz sentido caminharmos para uma Sociedade de Reabilitação Urbana. Portanto, é um processo completamente em aberto. Nós temos andado a fazer um estudo muito consistente, de visitas a várias cidades que têm sociedades de reabilitação urbana, para podermos na altura da discussão trazermos as vantagens e as desvantagens, em termos de funcionamento, no sentido de tomarmos uma decisão. Eu também não tenho certezas sobre isso. Há exemplos de bom funcionamento, há exemplos de mau funcionamento, temos o exemplo de Coimbra, daqueles todos que eu auscultei, o melhor. Mas depois temos os exemplos de Viseu e Lisboa muito complicados. O Porto mais ou menos, porque também é uma dimensão maior e portanto nós temos que ver bem o que é que se justifica no nosso caso concreto, se faz sentido ou não faz sentido, mas para isso ser feito temos que primeiro terminar o plano para depois tomarmos decisões.

Para isto era importante, para que pudesse ser explicado e eu aí concordo em absoluto com o que disse o deputado José Augusto Esteves, a existência da dita Comissão, que fosse acompanhando este tipo de trabalhos por parte da Câmara, onde nós pudéssemos debater isto com outro pormenor.

Relativamente ao espaço comercial, eu concordo em absoluto. Volto a dizer que é importante que esta Assembleia acompanhe todo o desenvolvimento do processo. Neste momento estamos a aguardar a entrega de propostas, o prazo termina no dia 10 de Julho, temos indicações de que há pelo menos três ou quatro concorrentes para entregar propostas (três de certeza um quarto não temos ainda a certeza). Como é sabido, o júri de análise é a Câmara no seu todo, mas seria interessante que a Assembleia fosse acompanhando, até porque, quando o processo viesse aqui já havia um conhecimento das melhores propostas, da melhor decisão e da questão das contrapartidas, naturalmente que o nosso papel é obrigar à resposta às contrapartidas. Isto sem qualquer margem para dúvida.

Relativamente à intervenção do deputado José Augusto Esteves, eu julgo que já respondi. O senhor vereador Fernando Carvalho, irá dar alguns esclarecimentos sobre o PDM e o senhor vereador Vítor Lourenço sobre a questão da Gândara.



Eu devo apresentar as minhas desculpas por causa do Conselho Municipal de Segurança. Tem toda a razão, já o devíamos ter marcado. Tem havido uma série de contratempos, o senhor sabe como é, também tem uma vida complicada, penso em marcar num dia mas depois surge-me outra coisa qualquer e portanto, a minha promessa é que muito em breve iremos marcar uma reunião, com a ideia de intervenção por parte das forças de segurança, para relatarmos as suas dificuldades e as suas necessidades de recursos, sendo certo que a questão da esquadra dos Marrazes é já uma verdade. Foi assinado um protocolo, penso que é uma coisa boa para os Marrazes, com a disponibilidade de um espaço onde estava o antigo Centro de Saúde, que a Junta de Freguesia disponibilizou, e portanto estamos na fase de fazer as obras, que vão ser feitas pela Direcção Nacional da Polícia, para se instalar lá a esquadra.

É tudo senhor Presidente, muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Tem então a palavra o senhor vereador Dr. Vítor Lourenço.

VÍTOR LOURENÇO (VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO)

Boa noite senhor Presidente, senhores Deputados!

As questões também são simples. Em relação à questão posta pelo senhor Presidente da Junta da Barreira, eu sou mais optimista. Naturalmente que a última reunião que tive com a equipa responsável pela construção da escola, me garantiu que em Setembro estará pronta para ser usada.

Em relação à escola da Gândara, está em concurso público a reconstrução daquela escola. É um investimento de setecentos mil euros, para a escola do 1º ciclo da Gândara, no fundo é uma escola nova mas naquele espaço.

Quanto aos custos dos transportes com as provas globais, quando a Direcção Regional de Educação do Centro nos pediu que respondêssemos positivamente à organização dos transportes, nós fizemo-lo, sabendo que à partida muitas crianças não iam nos transportes públicos, porque os pais àquela hora iam levá-los. Houve autocarros com circuitos com uma e duas crianças, que nós pagámos a triplicar por ser feriado e custou à Câmara cerca de cinco mil euros.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Senhor vereador Eng.º Fernando Carvalho!

FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO E OBRAS MUNICIPAIS)

Boa noite!

Só para dar uma explicação em relação ao acompanhamento desta Assembleia, dos trabalhos que estão a ser feitos no âmbito da revisão do PDM.

Eu tenho algumas dúvidas em que termos é que deve ser feito esse acompanhamento. Há alguma dificuldade, como é evidente, em tirar cópias para toda a gente e distribuir. Os senhores Presidentes das Juntas têm acompanhado, mas admito que muitos outros não tenham e por isso gostaria de aceitar sugestões para verificar como é que deve ser feito esse acompanhamento. Eu poderia sugerir que provavelmente de cada um dos grupos municipais houvesse alguém e que esse acompanhamento fosse feito até nas próprias instalações do gabinete do PDM, porque todos os técnicos estariam à disposição para prestar todos os esclarecimentos e mostrar todas as peças desenhadas e escritas, que já estão produzidas. No entanto estou receptivo a sugestões ,no fundo, para fazer seguir esse acompanhamento, como a Assembleia o entender.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

O senhor deputado José Augusto Esteves queria um esclarecimento? Faça favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

O que nós decidimos, quando se tratou desta matéria do PDM, foi que cada uma das representações tinha um elemento e era por essa via que acompanhava. Portanto, era reunir, trazia a equipa, e íamos entrando na matéria, sem ter que fazer grandes gastos e sem ter que dar um dossier a cada um, mas era considerar essa possibilidade.

E já agora, porque eu acho que a Assembleia merece que me justifique, eu não pretendi ofender ninguém. O que eu disse é que me considero eu próprio quando estou a falar ou venho a intervir. Faço propostas e elas não têm uma concretização, naturalmente que estou a falar para o boneco, estou a dizer umas larachas.



Se não há consequências e toda a gente percebeu isso, naquilo que nós dizemos, se não se concretiza aquilo que propomos, estamos a falar por falar. Eu venho aqui tentando intervir, pondo em concreto as questões, foi nesse sentido que eu queria dizer. Eu peço desculpa se ofendi a intervenção de alguém, não foi essa a intenção. Foi exactamente dizer que me sinto a dizer uma larachas, porque depois a gente propõe, quer concretizar e não há possibilidades de concretizar as decisões que tomamos. É neste sentido e mais nenhum!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A rectificação fica feita, as desculpas são aceites.

Já agora em relação à Comissão de Acompanhamento do Centro Comercial, suponho que era altura de a constituir e eu sugiro ao senhor coordenador da bancada do PSD, que é o senhor deputado Carlos Poço, que tome a iniciativa de receber a indicação dos outros grupos municipais, de um elemento de cada grupo para que imediatamente possam fazer esse acompanhamento.

Quanto à questão da Comissão do Centro Histórico, eu vou discutir o assunto com a senhora Presidente da Câmara para ver o que é que podemos fazer em relação a isso.

E chegamos à altura de votar as moções que foram apresentadas à Mesa.

As moções não são para ser discutidas, porque são apresentadas individualmente e portanto ou as aprovamos ou não as aprovamos. No entanto, esclarecimentos rápidos sobre algum aspecto do conteúdo poder-se-ão fazer.

Faça favor senhor deputado!

JOÃO MARTINS PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

João Martins Pereira, Presidente da Junta de Regueira de Pontes.

É só para agradecer a sugestão e a amabilidade do colega deputado Pedro Biscaia e foram feitas as alterações. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A primeira moção apresentada pelo senhor Presidente de Junta de Regueira de Pontes, que vai ser lida pelo 1º secretário:

MOÇÃO

“A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Junho de 2007, considerando que a abertura do Nó Norte da auto-estrada A-17, no lugar da Cabaceira, irá



aumentar significativamente a densidade de tráfego na E.N. 109, especialmente após a conclusão das obras da auto-estrada, causando perigo e transtorno a quem circule entre este nó e a rotunda do Falcão, delibera recomendar à E.P. obras de regularização de tráfego e eliminação de situações de perigo ao longo deste percurso.”

Eu penso que esta moção é bem clara e vou pô-la à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Duas abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com duas abstenções, aprovar a presente Moção e enviar à E.P. – Estradas de Portugal para conhecimento e devidos efeitos.

Passamos à segunda Moção:

MOÇÃO

“ A Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 28 de Junho de 2007, considerando que o encerramento da passagem de nível – P.K. 165,320 vai prejudicar e onerar a actividade agrícola na área do Vale do Lis na Freguesia de Regueira de Pontes e que este encerramento poderá criar um perigo maior a pessoas e bens, pelo facto de obrigar a utilizar a E.N. 109, via esta já muito congestionada. Recomenda a Câmara Municipal de Leiria, como entidade que representa os munícipes da Freguesia de Regueira de Pontes na emissão de pareceres junto da REFER, para se opor a esta pretensão. Recomenda ainda à REFER o estudo de outras alternativas que não seja o encerramento desta Passagem de Nível, nomeadamente a colocação de barreiras ou avisos sonoros.”

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Estamos esclarecidos em relação a esta moção.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a presente Moção e enviar à Câmara Municipal de Leiria e à REFER para conhecimento e devidos efeitos.

MOÇÃO

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Junho de 2007, delibera:



1. *Manifestar a sua estranheza e indignação pelo novo adiamento decidido pelo Governo, ao encomendar novo estudo sobre nova localização, assim abrindo um precedente grave com consequências imprevisíveis.*
2. *Apoiar qualquer decisão do Governo no sentido de concretizar a opção já tomada há oito anos de construir na Ota o novo aeroporto internacional de Lisboa.*
3. *Exigir do Governo a concretização, sem mais adiamentos, da decisão tomada há oito anos.*
4. *Repudiar as manobras de bastidores que visam pôr em causa este desígnio nacional, em nome de interesses que nunca foram esclarecidos.*
5. *Em nome da transparência democrática, apelar a que sejam tornados públicos os nomes das pessoas e entidades que suportaram o estudo que conduziu ao presente adiamento e bem assim revelados os seus interesses, directos ou indirectos, em projectos localizados a sul do Tejo."*

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Naturalmente que esta moção faz parte do preâmbulo que o senhor deputado Carlos André leu e para pouparmos tempo, lemos apenas a parte que mais concretamente constitui a moção. Nós não vamos aqui senhores deputados, discutir a Ota ou outros sítios, senão não saímos daqui. E penso que o grande problema é que todos estão a discutir sobre assuntos que na maior parte dos casos não conhecem completamente. De qualquer modo para pequenos esclarecimentos ou comentários rápidos, abrimos uma curto período para esclarecimentos.

O senhor deputado João Cunha tinha pedido para usar a palavra nesta altura. Faça favor!

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

A minha intervenção é muito rápida e muito simples.

Em relação a esta questão que veio aqui ser aflorada e plasmada nesta moção do senhor deputado Carlos André, a posição generalista digamos dos sociais democratas do distrito e do concelho é muito clara. Nós somos favoráveis à opção Ota, de acordo aliás com as forças vivas aqui da região, e portanto merece todo o nosso apoio essa



posição. Realmente a indecisão do Governo em toda esta matéria está-nos a preocupar. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho também pediu a palavra, faça favor!

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho CDS/Partido Popular.

Eu basicamente queria fazer um pedido de esclarecimento, porque vamos admitir que eu tenho andado profundamente distraído, e, dentro da distração em que tenho vivido nos últimos tempos, queria pedir a quem apresentou esta proposta, que de uma forma sucinta me possa explicar, uma vez que é a primeira vez que estamos a falar nisto aqui de uma forma concreta, as vantagens para o Concelho de Leiria, aquilo que nós prosseguimos aqui nesta Assembleia com a opção Ota.

Sendo que, em termos de princípio e quando estivermos a falar de uma opção, de um grande aeroporto/plataforma ibérico, bom a ter que ser feito nalgum lado que seja feito o mais perto possível da minha casa, para as vezes que tenho que apanhar o avião. Tenho é muitas dúvidas que nós possamos de alguma forma, seja ela qual for, poder ter esse tal grande aeroporto/plataforma ibérico. E por via disso, tenho dentro da minha humildade e pequenez, um conjunto de questões que são para mim muito preocupantes e que continuo sem ver resolver neste País, e que há muitos anos gostaria de ter visto ver resolver, como seja o saneamento básico, como um outro conjunto de questões, que são para mim profundamente pertinentes e que afectam a vida de todos os cidadãos e apenas dentro desta pequena humildade, eu falo nisto porque por exemplo, há nove ou dez anos, quando houve outras opções a nível nacional, eu referia a questão do saneamento e básico e nessa altura diziam-me que isso não era problema e que isso já estava tudo resolvido, e pronto, continuamos hoje sem ter esses problemas resolvidos, que são pequenos problemas, pequenos nada que afectam o dia a dia de todos nós.

Dentro desta minha pequenez, na verdade sinto-me um bocadinho mal em relação a esta questão, porque eu gostava imenso de sentir aquilo que muita gente sente, que era (quase diria de uma forma ufana, de uma forma pungente) entender que era muito importante para Leiria a construção do aeroporto na Ota, eu gostava de poder fazer isso de uma forma claramente marcada. Como não consigo, pedia que fosse



ajudado a ter esse sentimento de partilha e de pertença numa coisa que é tão importante. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Nós compreendemos a indecisão do senhor deputado Domingos Carvalho, é bem conhecida. Eu não sei se o senhor deputado Carlos André entende que deve dar a explicação. Se não entender não tem que a dar!

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Senhor Presidente, eu deixo o ónus da decisão a V.Ex.a, porque o senhor deputado Domingos Carvalho disse que porventura andaré distraído. Distracção por distracção eu é que devo andar distraído, porque ou muito me engano ou ele subscreveu uma moção apresentada na última Assembleia Municipal em defesa da Ota; ou hoje não está consciente do que fez naquela altura ou também não estava consciente do que estava a fazer, porque ele dizendo-me que não consegue defender esta solução e na última Assembleia Municipal subscreveu uma moção, em defesa desta solução, há aqui qualquer coisa estranha.

Os meus pontos de vista senhor Presidente, se o senhor Presidente quiser demorarei aqui algum tempo a expo-los.

Sou do Movimento Pró-Ota desde o primeiro dia, escrevi imenso nos jornais sobre este assunto, tenho muito texto publicado em relação a esta questão, está tudo profundamente disponibilizado. Penso que neste caso nós estamos todos em condições de votar ou a favor ou contra ou nos abstermos. Mas se o senhor Presidente da Assembleia Municipal entender que é meu dever, como membro da Assembleia, dar resposta, eu darei.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não, eu penso que não, porque esta moção é uma tomada de consciência, numa posição individual acho que cada um votará como entender, naturalmente.

O senhor deputado Domingos Carvalho para defender a honra provavelmente é a última intervenção.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho CDS/Partido Popular.



Efectivamente eu disse que eventualmente tenho andado distraído, lamento é que não seja o único, mas aqui neste caso pode não ser distração, pode ter sido de facto por via de estar a conversar com os seus colegas do lado e não ter ouvido integralmente o que eu disse. Pode ter acontecido isso e seguramente que vou atribuí-lo a isso e não a outra coisa.

Eu não disse que não tinha subscrito, sabe também e por isso tenho alguma dificuldade em ouvir o que disse aqui, a dificuldade com que o fiz e já o fiz com esse espírito exactamente, para ver se consigo ter esse espírito de partilha e de integração num todo. Mas devo dizer-lhe, que foi em nome de uma afirmação que o senhor deputado aqui fez, que eu fiz a pergunta, porque eu também o disse ainda agora e há-de ficar registado em acta, fazemos votos que assim seja, eu disse-lhe que a ter que ser um grande aeroporto/plataforma ibérico feito em algum lado que seja na Ota. Penso que terá sido aí que não terá ouvido exactamente o que eu disse, eu fiz essa afirmação, a ter que ser feita essa tal grande solução. O que parece é que há outras soluções e que eu como pessoa que tenho dúvidas, gosto de ver essas questões. Agora, de forma rápida, apenas dar nota do seguinte:

Tendo subscrito, porque eu represento também um partido político e dentro desse espírito nesta Assembleia devemos fazer essa prossecução, quando afirma que é na defesa do interesse do Concelho de Leiria e não do Movimento Pró-Ota, porque aquela proposta que foi subscrita tinha esse propósito, estamos aqui na fase em que o senhor deputado afirmou a defesa do Concelho de Leiria, e é nesse sentido que eu lhe faço a pergunta especificamente em concreto, concelho de Leiria, Aeroporto da Ota, os benefícios. Pode-me dizer onde é que eu posso consultar em vez de maçarmo-nos a todos eventualmente com isso e terei todo o gosto de na próxima Assembleia dizer "já li e converti-me". Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu tenho a certeza que o senhor deputado Carlos André terá muito gosto numa outra conversa e numa outra oportunidade esclarecer o senhor deputado Domingos Carvalho que aliás, daquilo que eu ouvi, ainda sugeriu um outro sítio para o aeroporto, que era perto de sua casa.

Então esta moção está à votação.

Quem vota contra? Um voto.

Quem se abstém? Cinco abstenções.



A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com cinco abstenções e um voto contra, aprovar a presente Moção.

O senhor deputado Vitorino Vieira Pereira quer fazer uma declaração de voto. Faça favor!

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Estranha-se a moção já que na anterior Assembleia Municipal foi votada uma muito semelhante à actual.

Não vemos qualquer motivo para alterarmos a posição então tomada. Para o Bloco de Esquerda a Ota não é um facto consumado. Pelos vistos, no Governo a ideia é semelhante à nossa e quem lê desapaixonadamente a informação jornalística e vê e ouve a televisão, descortina perfeitamente que a Ota já deixou de ser o local privilegiado e único para o novo aeroporto, bem pelo contrário.

Por isso, mantemos a posição que sempre tivemos e votamos contra a Moção.



ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

Alguém se deseja pronunciar?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório

2. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - apreciação, discussão e votação

Alguém se deseja pronunciar?

O primeiro protocolo é da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar o protocolo de delegação de competências na Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra.

O segundo protocolo de delegação de competências é da Junta de Freguesia dos Pousos.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar o protocolo de delegação de competências na Junta de Freguesia dos Pousos.

Por último, temos o protocolo de delegação de competências na Junta de Freguesia da Barosa

Quem vota contra?

Quem se abstém?

<p>3. CORRECÇÃO DA APLICAÇÃO DA TUSPAR – UTILIZADORES /CONSUMIDORES DE ÁGUA/TARIFAS/TIPO COMÉRCIO E INDÚSTRIA – Apreciação, discussão e votação</p>	o
---	---

Senhora Presidente, deseja acrescentar alguma coisa àquilo que disse anteriormente?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu penso que o verbete é suficientemente esclarecedor. É uma correcção que deve ser feita atendendo à injustiça que tinha sido criada com a fixação desta taxa fixa, independentemente do consumo de água, e há realmente pequenos comércios cujo consumo é insignificante. E portanto nós entendemos que deve ser aplicado um escalão dependente do consumo, até cinco metros cúbicos pagam apenas um valor fixo de três euros, acima dos cinco metros cúbicos mantém-se os doze euros que está a vigorar. Portanto é criar aqui este escalão, precisamente para não penalizar sobretudo as pequenas unidades comerciais, que têm consumos de água insignificantes.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.



Esclarecido este ponto alguém deseja intervir sobre este ponto?

Senhor deputado Carlos André faça favor.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Tenho duas perguntas que resultarão decerto da minha ignorância, mas não posso deixar de as fazer.

Isto aplica-se aos utentes restantes, utentes consumidores de água tarifa tipo comércio e indústria. Pergunto se isto também se aplica às moradias familiares?

Segunda pergunta:

Se isto se aplica, a taxa de drenagem de águas residuais, a todo o lado ou só aos sítios onde há drenagem de águas residuais?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Só onde há drenagem de águas residuais!

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Então há qualquer coisa que me tem que ser explicada. Mas como eu não quero trazer aqui casos pessoais, obviamente que me reservo para no sítio próprio fazer a minha reclamação.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Com certeza, mas é só onde há drenagem de águas pluviais, onde há saneamento básico.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Perdoe-me o diálogo senhor Presidente, mas é que na freguesia de Monte Real há uma boa parte que não tem drenagem de águas residuais e toda a gente está a pagar.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Então convém esclarecer isso exactamente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito bem o esclarecimento fica feito. Isto não se aplica aos moradores residenciais?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Não, esta alteração é apenas para os pequenos comércios e indústria.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Foi exactamente a questão levantada por aquele munícipe.

Estão todos esclarecidos? Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea f) do n.º 2, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, deliberou por unanimidade, aprovar a referida correcção, e fixar nos valores constantes da proposta

**4. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A UNIÃO DESPORTIVA DE LEIRIA –
Apreciação, discussão e aprovação;**

Senhora Presidente deseja prestar algum esclarecimento sobre este ponto? Não!

Senhor deputado José Augusto Esteves faça favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Era só mais para dar conta que estando de acordo com a proposta, já uma vez aqui trouxe o problema, sei que também há aí em relação ao GRAP o desenvolvimento do parque desportivo, mas eu não consigo compreender que tendo o Sport Clube Leiria e Marrazes o maior número de praticantes das escolas, particularmente de formação de futebol, sinto que há muito tempo não há uma solução também para o Sport Clube Leiria e Marrazes, também era bom que explicasse.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem a gora a palavra o senhor deputado Carlos André!

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

A proposta que nos é apresentada pela Câmara Municipal não pode deixar de nos causar alguma perplexidade.

O facto é que se pretende que o Município que já detém através da Leirisport um contrato que eu diria leonino com a União de Leiria, clube que nós apoiamos, que nos



enche às vez de orgulho e às vezes nem tanto, que gostaríamos que tivesse chegado à Europa, todos nós estamos com o União de Leiria, mas de facto o União de Leiria que é um dos embaixadores da nossa cidade e do nosso concelho, e da nossa região, já aufere dos cofres do Município através das Leirisport uma fatia considerável do orçamento do Município. E agora, vão-se aplicar ali mais quatrocentos e tal mil euros, o que nos deixa perplexos e nos leva também a fazer duas ou três perguntas.

Primeiro:

Porquê nesta freguesia? Qual foi o critério de escolha? Há mais vinte e oito freguesias no Concelho de Leiria que são tratadas de uma forma assimétrica em relação à freguesia de Santa Eufémia, a qual nós apoiamos integralmente, temos tudo a favor da freguesia de Santa Eufémia mas também temos a favor das outras freguesias.

Uma segunda pergunta e que para mim é muito clara também.

Ao que parece, corrija-me a senhora Presidente da Câmara se estou enganado, uma das hipóteses que existe de entre as várias alternativas de contrapartida, neste projecto de construção da futura área comercial, uma das hipóteses é um parque desportivo da Freguesia de Marrazes, creio, parece que uma das hipóteses é essa. Se estiver equivocado, mantém-se a primeira objecção e retiro esta. Se assim é, parece-me prematuro estarmos a tomar uma decisão, quando esse outro processo não está resolvido e podia levar a resolver.

Terceira questão:

Não entendo porque é que tem de ser a Câmara a resolver um problema, depois do fracasso que foi o foguetório do Centro de Estágios do União de Leiria na freguesia de Monte Redondo. Fez-se um imenso show off acerca disso...

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Não tem nada a ver...

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Senhora Presidente, não tem nada a ver mas se o União de Leiria tivesse o seu parque desportivo em Monte Redondo, talvez não se justificasse quatrocentos e trinta mil euros na freguesia de Santa Eufémia.

Em suma e tudo isto se resume ao seguinte:

A Câmara Municipal de Leiria investe muito dinheiro com a União de Leiria e entidades paralelas. E vai investir agora quatrocentos e trinta mil euros...



Senhor deputado Carlos Poço, eu estou a achar muito estranho! Alguém está incomodado com esta minha intervenção, porque é a primeira vez que eu vejo tanta vontade de me interromper sistematicamente!

Perdoar-me-ão este desabafo mas acho estranho, o senhor deputado Carlos Poço interrompe-me, a senhora Presidente interrompe-me, está tudo nervoso, eu estou apenas a exprimir um ponto de vista. Não me parece justo, mesmo retirando as duas outras objecções que fiz, um investimento de quatrocentos e trinta mil euros que na prática vai beneficiar um clube. E nesse sentido o Partido Socialista votará contra!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Ora bem, João Cunha, do PSD.

Eu tenho alguma dificuldade em manter algum distanciamento na análise deste ponto. Como sabem, foi público, fui durante dois anos Presidente do Sport Clube Leiria e Marrazes. E gostaria, que os assuntos da freguesia de Marrazes e do Sport Clube Leiria e Marrazes não fossem para aqui chamados para a análise deste ponto, porque são coisas completamente diferentes. Não misturemos os assuntos porque cada sítio tem o local próprio para abordar essas matérias, e portanto o Sport Clube Leiria e Marrazes, fará com a Junta de Freguesia de Marrazes, aquilo que tem a fazer. E portanto, não está incluído no ponto da ordem de trabalhos a análise que diz respeito aos Marrazes.

Relativamente a este ponto, o que se trata aqui é de um contrato-programa que também já foi celebrado com outros clubes do concelho, estou-me a recordar assim de cabeça, pelo menos, do Caranguejeira e do Bidoeirense, penso que também recentemente o Boa Vista celebrou já este contrato. Portanto aquilo que se passa em relação a este protocolo, e estou muito à vontade para falar sobre esta matéria, porque como digo nem sou adepto do União Desportiva de Leiria, como sabem, embora tenha sido atleta do União Desportiva de Leiria (em basquetebol quando existiu). Mas acho que este é uma acordo perfeitamente dentro da lógica do desenvolvimento desportivo que está incluído na filosofia global do apoio ao desporto o concelho, e que, já se vem desenvolvendo ao longo dos últimos mandatos camarários.



Não há aqui nada na manga em relação a esta matéria, e portanto sem qualquer reserva mental, apoiamos a celebração deste contrato-programa que aqui está. Não estou aqui a referir-me às questões da SAD do União de Leiria, isso é uma Sociedade Anónima Desportiva, que tem naturalmente características próprias, estou a referir-me apenas ao clube que tem associados, que tem uma direcção, que é eleita, etc., etc., e da qual eu não sou sócio. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Agora tem a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, eu peço-lhe que tenha em atenção a qualidade especial em que eu aqui me vou dirigir a esta Assembleia, uma vez que sou na verdade, o Presidente da Assembleia Geral do Sport Clube Leiria e Marrazes, já aqui referido por mais do que uma vez. Sou-o em exercício e em condições normais sê-lo-ei a partir de amanhã, dia em que vai existir uma nova Assembleia Geral do Sport Clube Leiria e Marrazes.

Cinjamo-nos em primeiro a esta questão que aqui está em apreço, e na qualidade de Presidente da Assembleia Geral do Marrazes, tenho que me regozijar com mais um sucesso do União de Leiria, conseguindo para o desporto do concelho, uma inegável vitória que é a existência de mais um parque desportivo dotado de condições eficazes para a prática do desporto.

Dito isto, tenho que fazer duas ou três notas, a alguns elementos da Assembleia, a alguns comentários, parte deles que ouvi "en passant", outros que aqui foram expressos, nomeadamente pelo meu consócio João Cunha. E começaria por aí, porque se alguma dúvida alguma vez possa ter existido sobre a condição específica do clube e SAD, ela hoje, através da explicação dada pela CMVM no processo Joe Berardo/Benfica, ficou inequivocamente sanada. Convém que todos tenhamos consciência também, de que, o clube União de Leiria é o maior e o inequívoco dono da SAD do União de Leiria, com 40% genericamente desse capital. Com acções que em determinado momento foram classificadas como acções tipo A e outras tipo B, e que hoje estão definidas pela CMVM como acções rigorosamente igual. Portanto os



sócios do União de Leiria são os maiores accionistas como de *per si*, da SAD União de Leiria.

Em relação a um pequeno comentário que fez o senhor Joaquim Marques, deputado desta Assembleia e penso que no passado já presente, do União de Leiria, creio que é assim, fez-me um comentário que me feriu profundamente e que me motiva a um pequeno reparo a esta Assembleia. Fez-me um comentário de que insudia a Câmara Municipal de Leiria (peço desculpa mas isto emociona-me), que construiu o campo do parque de jogos de Marrazes. Isso é mentira, aquilo que a Câmara Municipal de Leiria fez um dia, foi expulsar o Sport Clube Leiria e Marrazes, clube único que praticava futebol no Concelho de Leiria ao tempo, da utilização do municipal de Leiria, Dr. Magalhães Pessoa, através de uma carta que está arquivada no Sport Clube Leiria e Marrazes. A construção do parque de jogos de Marrazes, foi feita pela população de Marrazes à mão, à mão!!!!

O parque de jogos de Marrazes, não foi nunca feito nem teve qualquer participação da Câmara Municipal de Leiria. A Câmara Municipal de Leiria através do Presidente ao tempo, Eng.º Lemos Proença, apoiou o Sport Clube Leiria e Marrazes na construção da sede. Tem a Câmara Municipal de Leiria, através de um conjunto de protocolos, apoiado a prática desportiva no Marrazes como apoia noutros clubes. Agora da mesma forma que votarei a favor do apoio à construção deste sintético em Santa Eufémia para ocupar a utilização exclusiva em termos desportivos pelo União de Leiria, tenho que pedir à senhora Presidente, que com o necessário empenho, atenção e cuidado, apoie inequívoca e urgentemente o Sport Clube Leiria e Marrazes, na construção do seu parque de jogos, porque efectivamente permitam-me que volte à questão expressa pelo deputado João Cunha, de facto à uma questão (e estão aqui bastantes Presidentes de Junta).

O deputado João Cunha foi até ao pretérito mandato, não é este que está em curso mas ao anterior, Presidente do Sport Clube Leiria e Marrazes, e referiu que esta é uma questão para o Marrazes resolver com a Junta de Freguesia de Marrazes. Se-lo-à. Merecendo-o, é também para resolver com a Câmara Municipal de Leiria, porque aqui não há filhos e enteados, não pode haver. Não pode haver um clube que tem as suas soluções resolvidas através da Câmara Municipal e os outros com as Juntas de Freguesia. Ou então, se é essa a posição que o deputado João Cunha aqui expressou, enquanto deputado do PSD, tem que o assumir aqui, de uma vez.



Bom, posto isto, é de facto para expressar nesta minha condição, votarei favoravelmente o apoio à construção deste sintético, da mesma forma que repito à senhora Presidente para que, era de uma importância crucial, que o mais antigo clube na prática desportiva de futebol no concelho de Leiria, vai ser junto com a Maceirinha, na disputa da Liga de Honra, do futebol do distrito de Leiria, são os únicos dois clubes que não têm relvado para a prática do futebol. Isto é mau para o Concelho de Leiria. E senhor deputado Carlos Poço, se é investimento em desporto, desporto não se pratica apenas no União de Leiria, há mais quem pratique desporto há muito tempo senhor deputado. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Pedro Biscaia faça favor!

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Sem a emoção compreensível, se calhar, do deputado Domingos Carvalho, estamos aqui em representação de todo o concelho e portanto, eu só queria apresentar factos.

Esta questão vem demonstrar claramente de que, o concelho de Leiria tem uma enorme carência de espaços desportivos adequados para a formação de jovens. Eu posso dizer-lhe, eu não tinha bem esta noção e há relativamente pouco tempo, por uma questão meramente pessoal que não vem agora para o caso, apercebi-me de facto que não há instalações sobretudo para a prática de futebol digamos juvenil, em condições e em número suficiente no nosso concelho.

Existe uma hipótese de contrapartida no processo do Centro Comercial, da construção de uma instalação desportiva a jusante do IC2, como hipótese. Existe outro facto, um projecto apoiado publicamente pela Câmara Municipal de Leiria, para a construção (não vamos agora discutir se é bem ou mal) da Aldeia do Desporto na freguesia de Marrazes. Há uma disposição, já não neste mandato já vem de trás, de apoio a contratos-programa para a melhoria de instalações de associações, que tenho dúvidas que possa ser estendido a outras entidades desportivas, do mesmo modo como está a ser oferecido digamos assim, ao União Desportiva de Leiria/Clube. Sabemos que a questão da Leirisport tem a ver com o União desportiva de Leiria/SAD, sabemos que são coisas diferentes. Agora, há outras entidades, já aqui foi dito e eu digo sem qualquer emoção, que prestam tantos (já não digo mais), mas



tantos serviços ao desporto juvenil como o UDL, e não me parece que haja possibilidade de aceder a este tipo de apoios. E é aí exactamente que residem as fortes dúvidas do PS quanto à equidade e ao serviço público desta medida proposta pela Câmara Municipal de Leiria. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

A seguir tem a palavra o senhor deputado Joaquim Pereira Marques.

DEPUTADO JOAQUIM MARQUES (PSD)

Boa noite senhor Presidente, senhores deputados!

Em resposta à pequena troca de impressões com o senhor deputado Domingos Carvalho, o que eu quis dizer foi o seguinte:

Neste momento e para que as pessoas saibam, eu fui Presidente do União de Leiria nos anos oitenta. Não sou sócio do União de Leiria por razões que eu entendo, que a SAD para mim foi confusa, e como tal saí do União de Leiria. Mas, não deixo de dizer o seguinte:

Em 1966, quando foi criado o União de Leiria, que eu estava lá, se calhar o senhor era muito novo e ainda não conhecia muito bem os meandros do que se passou, nessa altura o Presidente da Câmara era o senhor Bernardo Pimenta, foi definido, uma vez que o Sport Clube Leiria e Marrazes não quis integrar a União Desportiva de Leiria, propôs uma condição. Marrazes, o nome, é verdade, tem que se defender a situação. E nessa altura a União de Leiria foi criada com o Sporting de Leiria, o Coliponense, o Ateneu não entrou porque prescindiu do futebol, mas ficou isso tudo resolvido. E a partir dessa altura é que ficou definido a União desportiva de Leiria.

No entanto, continuaram a jogar lá no estádio. Não sei se se recorda que nós só jogávamos no pelado, no relvado não era autorizado. A partir de determinada altura, entendeu-se que era conveniente fazer um campo de jogos nos Marrazes, o primeiro, que está junto à escola. E posso-lhe dizer que nessa altura, é uma questão de irem à contabilidade e verificarem, a Câmara colaborou e de que maneira, para que o Marrazes pudesse ter o seu campo de jogos e treinos. Disso é que não tenha dúvidas. Agora, se me disser a mim que foi pouco ou foi muito, isso é outra questão, não vamos aqui discutir isso, o que eu lhe posso dizer é que realmente colaborou. Portanto era esta a pequena nota que eu queria deixar, mas pode crer que eu defendo intransigentemente, sempre defendi e continuo a defender, que o apoio aos



Marrazes ou a qualquer outra colectividade deve ser um facto e posso dizer mais, esse campo dos Marrazes foi inaugurado, sabe com quem? Com o União de Leiria! Era esta rectificação que eu queria fazer. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado João Cunha e depois a senhora Presidente da Junta de Freguesia dos Marrazes.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, do PSD.

Bem, eu não queria entrar aqui em polémicas desnecessárias, mas é assim:

Temos que ser objectivos. Estamos aqui para tratar da questão da cedência de um espaço ao União Desportiva de Leiria, e portanto as questões dos Marrazes ficam para a altura própria.

Eu estou convicto que na altura própria, assim como a Câmara acedeu a apoiar o Caranguejeira, o Bidoeirense e agora o União de Leiria, também saberá apoiar na altura os Marrazes. Mas gostava aqui, para que houvesse um esclarecimento exacto das coisas, de dar alguns apontamentos.

O campo de futebol dos Marrazes foi inaugurado no dia 8 de Dezembro de 1969, e teve como jogo inaugural, entre o Sport Clube de Leiria e Marrazes e o União de Leiria. O preço de custo do campo àquela data, foram mil e duzentos contos. Os materiais e mão-de-obra que foram oferecidos, foram quinhentos mil escudos. A Federação Portuguesa de Futebol deu trezentos contos, a Câmara Municipal de Leiria deu noventa contos, a Associação de Futebol de Leiria deu vinte contos, a Junta de Freguesia de Marrazes deu dez contos. A iluminação do campo à data custou trezentos contos, para a sua construção foi necessária a movimentação de cem camionetas de pedra, no total de seiscentos metros cúbicos de brita, jorra de carvão, etc. Poderia dar todos os dados e portanto, temos que ser exactos nestas questões.

O que é verdade é o seguinte.

É que a população de Marrazes arregaçou as mangas para fazer aquele campo, e arregaçou as mangas porque conforme aqui foi dito pelo deputado Domingos Carvalho e muito bem, houve uma carta da Câmara Municipal de Leiria a dizer que o Marrazes não podia jogar no Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa. E foi essa a razão que levou a que rapidamente, isso foi um facto histórico, a que a Junta de



Freguesia de Marrazes disponibilizasse o terreno e a população de Marrazes arregaçasse as mangas e construísse aquele campo.

Agora, isso não tem nada a ver com o facto de estarmos aqui a discutir a questão da cedência de terreno à União Desportiva de Leiria, cada coisa tem de ser tratada no sítio certo. Era só isto que eu queria dizer.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes!

SOFIA CARREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes)

Sofia Carreira, Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes.

Não venho agudizar questão nenhuma do União de Leiria e do Marrazes, não é de todo a minha função, o União de Leiria terá o seu espaço para a formação, Marrazes terá o seu espaço para a formação, em moldes diferentes.

Existe de facto o primeiro campo de futebol, em que foi cedido o direito de superfície ao Sport Clube Leiria e Marrazes, que construiu com as ajudas de modo próprio, no seu passado histórico, uma infra-estrutura desportiva, e existe na Junta de Freguesia, liderado no mandato anterior e continuado no mandato actual, o plano estratégico da Freguesia de Marrazes. Este plano estratégico visa, a concretização de equipamentos sociais, culturais, educativos, das mais diferentes ordens, que dignifiquem a dimensão demográfica que a freguesia possui. Nesse âmbito, havia interesse por parte da autarquia, de implementar um projecto na área desportiva que é a Aldeia do Desporto e que já hoje foi citada algumas vezes. Também havia interesse em acordar com o Sport Clube Leiria e Marrazes algumas questões de fundo relativamente à sua instalação com direito de superfície, que entretanto também eventualmente terminará. Dentro deste princípio, respeitando o projecto que o Leiria e Marrazes tinha na altura pensado, que era o arrelvamento daquele campo, foi feito um acordo entre a Junta de Freguesia e o clube, que a Câmara acompanhou desde o início, para que aquela infra-estrutura ficasse liberta e que déssemos início à primeira fase do projecto total dal Aldeia do Desporto.

É um projecto que no futuro não será um projecto/freguesia, francamente, será um projecto concelhio ou mais, porque tem diferentes equipamentos desportivos nas várias frentes, com umas capacidades próprias que me parece que serão únicas, e, neste âmbito, a Junta de Freguesia com o apoio da Câmara estabeleceu esta



parceria. O acordo que existe e no passado dia 1 de Junho a Câmara visitou a primeira fase da Aldeia do Desporto, que se concretiza com um campo de futebol onze e uma preparação de um campo de futebol sete, com as devidas infra-estruturas, a salvaguardar já o restante projecto, com os balneários, todos os acessos e estruturas básicas que já são dimensionadas para áreas francamente superiores, portanto e como digo, no dia 1 de Junho, a Câmara visitou aquele espaço, a senhora Presidente da Câmara, o senhor Vereador Eng.º Fernando Carvalho e a senhora Vereadora do Desporto, Eng.ª Isabel Gonçalves, e existiu naquela data um compromisso concreto com a Junta de Freguesia de que, no orçamento do próximo ano, seria garantido o apoio do arrelvamento sintético daquela infra-estrutura, que a Junta obviamente neste momento lidera, tal como foi feito a clubes, e neste caso será directamente à Junta de Freguesia uma vez que a Junta depois estabelece uma relação protocolar com o clube Sport Leiria e Marrazes. Portanto, este é o acordo que existe, o compromisso que a Câmara assumiu com a Junta de Freguesia e que eu acredito seriamente que irá cumprir uma vez que, apoiou outros clubes e bem, poderá apoiar outras Juntas de Freguesia e neste caso apoiará aquele projecto estratégico para o concelho de Leiria.

Relativamente à mais-valias que se falaram aqui com as infra-estruturas do novo Centro Comercial, nós também já disponibilizamos e continuamos a disponibilizar o nosso projecto, a nossa Freguesia a receber essas mais-valias.

Muito obrigada e boa noite!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado .

Senhor deputado Carlos André!

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Muito obrigado senhor Presidente e serei muito rápido, apenas para esclarecer uma coisa.

Disse aqui o senhor deputado João Cunha, que nós estamos aqui para aprovar a cedência de um espaço ao União Desportiva de Leiria. Não é isso!

O que diz a ordem de trabalhos, é que estamos aqui para aprovar um contrato-programa. É isso que está na ordem de trabalhos. E o que é que diz o contrato-programa, senhoras e senhores deputados municipais?



Diz assim na sua cláusula primeira:

“ Objecto do contrato:

O presente contrato-programa destina-se a regular a concessão de comparticipação financeira por parte do Município de Leiria, à União Desportiva de Leiria.”

É isto que diz a cláusula primeira! Não estou a interpretar errado. Não estou aqui a discutir a cedência de um terreno, que tanto quanto sei nem sequer é da Câmara Municipal. Portanto, não é a cedência do terreno que estamos aqui a votar. O que vamos votar é, se concordamos ou não com este contrato-programa, que visa fazer a concessão de comparticipação financeira por parte do Município de Leiria à União Desportiva de Leiria.

Que concessão financeira? Diz-se na cláusula terceira, que é uma comparticipação no montante de quatrocentos e vinte um mil trezentos e dezassete euros e sessenta cêntimos, para um investimento total de setecentos e dez mil trezentos e setenta e oito euros e treze cêntimos, diz a cláusula sexta.

Que se realizarão como? Trinta mil euros do Instituto de Desporto de Portugal! Alguém garante que esse dinheiro vem? Tenho sérias dúvidas, o programa do Instituto de Desporto de Portugal diz que, onde já haja um relvado sintético não financia outro. Foi a informação que consegui recolher. Por comparticipação da Associação de Futebol de Leiria dois mil e quinhentos euros, por comparticipação do Município os tais quatrocentos e vinte e um mil euros, por autofinanciamento do clube cinquenta e seis mil quinhentos e sessenta euros e cinquenta e três cêntimos, por comparticipação de outras entidades, não se diz quem são, duzentos mil euros. Espero que se estas entidades falharem não seja a Câmara obrigada a acrescentar mais algum. É contra isto que nós estamos.

E em relação às dúvidas que foram aqui suscitadas, agradeço muito ao senhor deputado Domingos de Carvalho o facto de ter contribuído para o esclarecimento que entre a União de Leiria SAD e a União Desportiva de Leiria a fronteira não é aquela que pretendiam fazer crer. Portanto, o que está aqui em causa é isto. Nem sequer se compara ao apoio dado ao Bidoieirense, ao Caranguejeira e a outros clubes, porque a esses foi dado um apoio pontual, ao União Desportiva de Leiria há um apoio constante avultadíssimo e é contra somar a esse apoio, que já é um bom apoio e que é justo, somar a isso quatrocentos e vinte e um mil trezentos e dezassete euros e sessenta cêntimos, é contra isso que o Partido Socialista está.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado .

Senhora Presidente da Câmara faça favor de esclarecer.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Esclareço senhor Presidente! Eu e a senhora vereadora esclareceremos.

Eu queria só primeiro fazer uma observação. Porque é que o senhor deputado Carlos André da primeira vez foi interrompido? Porque efectivamente não é normal fazer intervenções com este desconhecimento. Não é normal! E como não é normal, nós ficamos um bocadinho nervosos. Normalmente faz intervenções com grande conhecimento de causa, mas como é um assunto que naturalmente o senhor deputado Carlos André não aprecia demasiado, não tem o conhecimento real do assunto no concreto. E daí, as minhas observações.

Em primeiro lugar, este contrato-programa vem à Assembleia Municipal (isto é apenas uma explicação administrativa mas que interessa saber) ao contrário de todos os outros contratos-programa que têm sido feitos deste género, por uma razão simples. Porque tem implicações financeiras para além deste mandato e a nova Lei das Finanças Locais obriga a que assim seja. Antigamente não era assim.

Quando há implicações financeiras para além do mandato em curso, tem que ser a Assembleia Municipal a aprovar. Porque é que eu digo isto? Para explicar que outros contratos-programa já foram feitos e que esta Assembleia não teve conhecimento. A saber: no passado com o Bidoeirense e com o Caranguejeira, contratos-programa esses que depois a senhora vereadora explicará, do ponto de vista financeiro, o que é que implica, mas que são contratos-programa permanentes.

Quem faz a manutenção dos campos relvados do Bidoeirense e do Caranguejeira é a Câmara, com implicações financeiras mensais. Fez mais recentemente, este ano ainda, com o Boa Vista, e fez contrato-programa que só tem efeitos financeiros para este mandato, por isso não veio à Assembleia. E veio hoje a esta Assembleia, a senhora vereadora depois explicará, um protocolo com a Junta de Freguesia dos Pousos para o mesmo efeito, ou seja:

Está-se a resolver aquilo que o deputado Pedro Biscaia diz, que é tendo em conta a pressão de formação, sobretudo a nível de formação, tão grande nos nossos clubes, nós temos que ajudar os clubes a ter respostas para terem condições condignas para dar formação efectivamente às crianças. Genericamente era isto que eu queria dizer.



Só mais uma nota, que penso que a senhora vereadora explicará com mais pormenor mas que tem a ver com este problema dos Marrazes.

Este problema dos Marrazes, evidentemente que é intenção e era intenção da Câmara durante o ano de 2007. Se repararem, este contrato só tem implicações financeiras a partir de 2008. E porque é que ele vem agora? Por uma razão simples! É que o União de Leiria clube, porque há diferenças efectivas, ao candidatar-se ao Instituto do Desporto, este vai apoiar não o relvado mas os balneários, ou seja, o União de Leiria tem apoio para o balneário através do Instituto do Desporto e vai ter apoio nosso para o relvado. Portanto eles tinham que fazer a candidatura e ao apresentarem a candidatura tinham que dizer, porque é obrigatório, onde é que vão arranjar verbas complementares para financiar aquilo que não é financiado pelo Instituto do Desporto. E tiveram que fazer este contrato-programa para poder apresentar um documento, dizendo que a Câmara lhe irá suportar a componente que neste caso diz respeito ao relvado sintético. Daí o facto de vir agora o contrato-programa, porque senão só podia ser feito para o ano.

Eu agora dava a palavra à senhora vereadora para complementar estes esclarecimentos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Então tem a palavra a senhora vereadora Isabel Gonçalves. Faça favor!

ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DO DESPORTO E OPERAÇÕES URBANÍSTICAS S)

Muito obrigada.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.

A Câmara Municipal de Leiria apoia, porque acho que existiram aqui dúvidas, todas as colectividades do concelho de forma inequívoca e todas aquelas que prosseguem como fins a promoção do desenvolvimento desportivo, essencialmente a formação. E apoia, por intermédio de um programa de apoio ao Associativismo Desportivo que é o PAAD, e portanto, isto quer dizer que apoia todas.

O PAAD, só para vos dar uma nota, só o apoio directo do PAAD pela actividade regular desportiva das nossas colectividades, foi na época passada, a cento e treze colectividades que se inscreveram para o PAAD, na ordem dos um milhão de euros. Isto em apoio directo, porque depois há um apoio indirecto que a Câmara de Leiria



também dá, via Leirisport, pela utilização gratuita das colectividades dos pavilhões gimnodesportivos, das piscinas e do próprio Estádio, ao atletismo.

De resto, em relação a esta questão propriamente dita, este contrato-programa de desenvolvimento desportivo não é o primeiro que aparece para este fim. Eu devo recordar, já foi aqui falado, no contrato do Bidoeirense e no contrato feito com o União Desportiva da Caranguejeira, que eu já vos darei algumas notas de como é que eles foram feitos e qual é a implicação me termos de encargos para a Câmara de Leiria, mas também foi feito um contrato-programa para um relvado sintético com o Clube Desportivo da Boa Vista, está praticamente concluída essa obra, foi feito um contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o União da Serra, também já tem o seu complexo desportivo com dois campos relvados, um de futebol sete, um de futebol onze, uma piscina e um pavilhão, para tudo isso foram feitos contratos-programa, foi feito hoje e aprovado pelos senhores deputados municipais, uma delegação de competências para a Junta de Freguesia de Pousos para o relvado sintético no campo de futebol sete, foi essa requalificação no campo de jogos que diz respeito exactamente à colocação de um relvado sintético no campo de futebol sete que é propriedade da Freguesia de Pousos, e aí tem que ser por delegação de competências como devem calcular. Quando é directamente aos clubes é um contrato-programa, quando é para as Juntas de Freguesia é por delegação de competências.

No caso dos Marrazes, devo também dizer que, quando se iniciou este mandato nós fomos confrontados com a situação do Sport Clube Leiria e Marrazes necessitar urgentemente de um campo relvado dada a quantidade de jovens que tem em formação. Efectivamente, o Sport Clube Leiria e Marrazes é um dos clubes do concelho que mais jovens tem, sendo certo que, pelos números que aqui tenho, dos atletas jovens inscritos na época desportiva 2005/2006, praticando a modalidade de futebol, o União de Leiria tinha mais do que o Sport Clube Leiria e Marrazes. Mas digamos que, rodam os duzentos e tal jovens inscritos.

Isto para dizer que, quando iniciámos o mandato, o Sport Clube Leiria e Marrazes era para nós aquele que era prioritário em termos de apoio para relvado sintético, dado realmente o número de jovens em formação que tem, e foi desde logo, disponibilizada a vontade da Câmara para conceder esse apoio.

Como aqui já foi explicado pela senhora Presidente de Junta e como a freguesia de Marrazes tem esse plano da Aldeia do Desporto, acordou com o clube, que não



justificaria fazer o relvado no local onde o clube actualmente tem o campo, e que então se justificaria fazer já na Aldeia do Desporto para em termos de futuro ficar já no sítio certo. E é isso que se está a fazer. É certo que foi feito o acordo com a Junta de Freguesia para no próximo ano ser previsto em plano, a delegação de competências também com vista a que a Câmara possa apoiar o relvado deste campo, que actualmente está em fase inicial de execução por parte da Junta de Freguesia de Marrazes. Portanto, o Sport Clube Leiria e Marrazes terá com certeza e por via depois do protocolo com a Junta de Freguesia, o campo relvado para poder jogar e poder treinar os seus jovens. Mas na verdade, isto não surgiu porque não houve essa vontade expressa de que fosse na altura propício avançarmos com isso. Entretanto, o Boa Vista, já aqui foi falado, solicitou-nos o apoio, foi apoiado, a Junta de Freguesia dos Pousos solicitou-nos o apoio, e agora aparece o União de Leiria, efectivamente e como sabem, tendo quase mais de trezentos jovens em formação e não tendo um espaço aqui onde os jovens pudessem treinar, anda com os jovens entre o pelado da Marinha Grande, o Santa Eufémia, actual campo pelado onde já treinam, o campo dos Pinheiros, o campo do quartel, enfim, andam por onde podem. Em relação ao apoio propriamente dito e que pode parecer aparentemente um valor muito elevado, eu trouxe só a título informativo, a comparação entre aquilo que foi o apoio ao Bidoeirense e ao Caranguejeira. E devo dizer-vos que o apoio ao Bidoeirense, foi feito através de um contrato-programa em 1997, há dez anos, na altura foi dado um apoio pontual para o investimento, de cento e setenta e cinco mil euros, e, do próprio contrato-programa faz parte uma cláusula que diz o seguinte: *“a Câmara Municipal de Leiria através dos seus serviços, assegurará a manutenção e a conservação do relvado e sistema de rega.”*

Este contrato-programa, sem quaisquer contrapartidas para a Câmara, tem esta cláusula, assegurará por tempo indeterminado, uma vez que não há aqui um prazo. Actualmente, o custo de manutenção e o encargo mensal da Câmara Municipal de Leiria com a manutenção deste relvado, é de dois mil quatrocentos e trinta euros mais IVA. Devo dizer-vos que a época passada, e quando assumi esta pasta do desporto, o custo mensal só do Bidoeirense, era de quatro mil duzentos e cinquenta euros mais IVA. Só por aí se vê que um encargo mensal, que vai ser este, apenas por dez anos e findos os dez anos acabou, de três mil quinhentos e dez euros e noventa e oito cêntimos é para já inferior. Se nós contarmos efectivamente aquilo que foi o apoio pontual há dez anos, mais aquilo que tem sido o encargo, posso-vos



dizer que tem sido superior ao que é este ano, isto dá três mil oitocentos e oitenta e três euros e trinta e três cêntimos para o Bidoeirense, sem IVA.

Em relação ao Caranguejeira, foi feito um contrato-programa em 2002, é mais recente. O financiamento da Câmara na época foi de cento e trinta e três mil quatrocentos e sessenta e um euros e quarenta e sete cêntimos. Custa actualmente em encargos de manutenção o mesmo que o do Bidoeirense, pondo isto anualmente, o que foi o encargo inicial mais o encargo mensal, isto dá-nos por mês para o Bidoeirense, três mil quinhentos e quarenta e dois euros e dezoito cêntimos, sem IVA. Para compararmos, o que está aqui proposto é um encargo mensal de um apoio mensal da Câmara, única e exclusivamente, não tem mais nenhum apoio, para o relvado sintético deste campo em Santa Eufémia que durará por cento e vinte meses, de acordo com o programa de pagamentos que se fez, com um encargo mensal de três mil quinhentos e dez euros e noventa e oito cêntimos, incluindo o IVA. Portanto, não é de forma nenhuma superior àqueles que existem actualmente, sem prazo como vos disse, quer para o Bidoeirense quer para o Caranguejeira.

Sendo certo ainda mais que, quer o Bidoeirense quer o Caranguejeira, não têm de longe nem de perto o número de jovens em formação que tem o clube do União de Leiria. De qualquer forma eles foram apoiados e isto para dizer que a Câmara apoia sempre as colectividades que prosseguem objectivos da promoção do desenvolvimento desportivo, essencialmente de formação dos nossos jovens, porque entendemos que é esse o papel fundamental da Câmara.

De resto, irão surgir outros com certeza, foi aqui falado o Maceirinha, que também já contactou connosco no sentido de querer ele próprio avançar com um projecto de arrelvamento do campo deles, portanto depende muito também da dinâmica das próprias colectividades e daquilo que eles pretendem prosseguir e de que forma é que eles querem atingir os seus objectivos.

Eu julgo que expliquei, esta situação não tem rigorosamente nada a ver com o União de Leiria/SAD nem com o Centro de Estágios, aqui tem a ver essencialmente com o clube União de Leiria na parte da formação .

(A partir deste ponto a transcrição para acta foi inviabilizada por falha técnica ocorrida no sistema de gravação digital, não permitindo por isso a sua audição na íntegra).



6. ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO DA CIDADE DE LEIRIA - ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA FONTE QUENTE - Apreciação, discussão e votação;

de
de
go

22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, no uso da competência que lhe é atribuída pelo n.º 6 deste mesmo diploma legal, deliberou por maioria com dezoito abstenções, aprovar o contrato-programa de desenvolvimento desportivo entre o Município de Leiria e a União Desportiva de Leiria, bem como, aprovar a rectificação à deliberação do executivo camarário, tomada em sua reunião de 16 de Maio de 2007.

Tendo sido posto à apreciação e não havendo discussão, o presente assunto foi submetido votação.

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea e), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, deliberou aprovar por unanimidade, nos termos constantes da proposta.

5. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DEVIDA PELA REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS – Apreciação, discussão e votação;

O senhor vereador Fernando Carvalho usou da palavra para dar uma breve explicação sobre este assunto.

Tendo sido posto à apreciação e não havendo discussão, o presente assunto foi submetido a votação.

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea e), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, deliberou aprovar por unanimidade, nos termos constantes da proposta.



O senhor Presidente da Mesa colocou à apreciação e discussão o presente assunto, tendo usado da palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo, Maria Espadinha Azinheiro, para fazer a seguinte exposição:

MARIA ESPADINHA AZINHEIRO Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo)

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.ma Senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria

Ex.mas e Ex.mos Senhora e Senhores Vereadores

7. ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DO DECRETO-LEI N.º. 124/06 DE 28 DE JUNHO NOS PEDIDOS DE LICENCIAMENTO EM CURSO - Apreciação, discussão e votação

na importância de gerir um conjunto de princípios, directivas e regras que visam garantir a organização do espaço territorial através de um processo dinâmico, contínuo, flexível e participativo na busca do equilíbrio entre a actividade humana, o meio físico e os recursos naturais, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável.

A intervenção da Câmara Municipal é fundamental no objectivo proposto, procurando no seu funcionamento reger-se pela defesa de um desenvolvimento harmonioso, onde as diferentes actividades que existem no território se enquadram, tendo como objectivo a defesa do interesse público da comunidade leiriense.

No entanto, e como também é do conhecimento de todos, a câmara municipal em geral, e as juntas de freguesia em particular, são constantemente pressionadas por munícipes que não tendo outras soluções para construção, sentem-se injustiçados com as restrições existentes nos seus terrenos.

Ora, se com as questões do PDM em vigor, já temos problemas para os quais não conseguimos encontrar soluções, com a aplicação da Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os problemas vêm agravar-se, os sentimentos de injustiça sobre os particulares serão muito maiores, inviabilizando esta legislação por outro lado, o desenvolvimento das freguesias que têm uma componente rural muito grande.



Com esta legislação, que se sobrepõe ao PDM, não é possível a construção de habitações, nem de indústrias ou outros que potenciem o desenvolvimento económico das freguesias e do concelho.

Posto isto, apelo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, à senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria e aos senhores deputados, que intervenham na resolução desta situação, nomeadamente na revisão do PDM no âmbito do alargamento da área urbana das freguesias que estão a sofrer os constrangimentos do PDM agravados pela aplicação da Lei n.º 124/06, principalmente nas freguesias com uma área rural grande."

ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DO DESPORTO E OPERAÇÕES URBANÍSTICAS S)

A senhora vereadora Isabel Gonçalves interveio para explicar as implicações que o presente diploma estava a ter nos vários processos que estavam em curso no departamento de operações urbanísticas do Município, sendo que uma dessas situações já tinha sido exposta no início da sessão, por um munícipe, no período de intervenção do público.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

De seguida usou da palavra o senhor deputado Carlos André para apresentar a seguinte moção:

MOÇÃO

As normas constantes do Decreto-Lei n.º 124/06, de 28 de Junho, nomeadamente no n.º 3 do art.º 16º, são de um fundamentalismo absurdo e acabam, no fundo, por pôr em causa aquilo que pretendem defender.

É de crer, aliás, que o legislador, ou porque desconhecia, no concreto, o país real ou porque não sopesou bem as consequências da lei que criava, não teve consciência das suas implicações.

A aplicação rigorosa, com efeito, de tal normativo, que leva à criação de uma área vazia de 12.000 m2 em torno de uma construção com 100 m2, impede a construção em grande parte do país, fora dos grandes centros urbanos e, portanto, conduz à desertificação.

Ora, a desertificação é, não raro, responsável por muitos incêndios. Donde, a lei acaba por desencadear aquilo que se propõe evitar.



Assim. A Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 28 de Junho de 2007, delibera:

Reclamar do Governo a revisão urgente do Decreto-Lei n.º 124/06, nomeadamente no seu art.º 16º e em todas as outras normas responsáveis pela situação acima descrita.

Terminado o período de intervenções sobre este assunto, foi colocada à apreciação e votação a referida moção.

A Assembleia Municipal de Leiria, deliberou por unanimidade aprovar a presente Moção e enviá-la ao senhor Primeiro Ministro, ao senhor Ministro da Agricultura, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à Associação Nacional de Municípios Portugueses.

FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO E OBRAS MUNICIPAIS)

O senhor Vereador Fernando Carvalho, usou da palavra para apresentar este assunto, tendo explicado os motivos que levaram à presente reformulação da proposta de alteração ao Regulamento do PDM de Leiria, aprovada pela Assembleia Municipal em 29 de Dezembro de 2006.

De seguida foi colocada à apreciação a referida proposta e não tendo havido discussão, foi a mesma submetida a votação.

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea d) do n.º 2 do artigo 96º do Regulamento do Plano Director Municipal, deliberou por unanimidade aprovar.

**8. REFORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE PORMENOR AO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LEIRIA -
Apreciação, discussão e votação;**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.00 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, transcrevi e subscrevo.-----



APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 28 de Setembro de 2007, deliberou por unanimidade aprovar a acta.-----

O Presidente da Assembleia

Manuel de Jesus Antunes

A Assistente Administrativa Especialista

Teresa Paula Pinto